SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano X • nº 3 MAR/ABR 2006

**Pesquisa**

*Levantamento sobre a imagem do STJ junto à população mostra que o Tribunal goza de alta credibilidade*

# Respeitado, mas pouco conhecido

**Pesquisa inédita** feita sob encomenda do STJ mostra que o Tribunal tem uma imagem positiva entre os brasileiros. Mas a instituição, criada há apenas 17 anos, ainda não é muito conhecida da população. O estudo, realizado pelo Instituto Nexus, de Belo Horizonte, foi feito entre os dias 16 e 25 de janeiro em 11 cidades – seis capitais e cinco municípios do interior – e entrevistou 2.006 pessoas.

Quase 60% dos entrevistados avaliam positivamente a atuação do Tribunal. Para cerca de 63% deles o STJ é uma instituição séria, e 54% o consideram um órgão confiável. Além disso, 65% dos pesquisados avaliam a Casa como profissional e, para 52% deles, ela é ética e tem credibilidade.

Entre os aspectos negativos levantados pela pesquisa, o que mais impressiona é que 72% dos entrevistados consideram o órgão lento. Quase 40% enxergam-no como injusto e 37%, como pouco eficiente. O STJ não é uma instituição transparente para quase 45% dos pesquisados.

Para o diretor do Instituto Nexus, o cientista político Rodrigo Mendes, a maior parte desses indicadores negativos é explicada pelo pouco conhecimento que a população em geral tem do STJ. Quase 55% dos entrevistados apenas ouviram falar do Tribunal, geralmente pela televisão, enquanto apenas 3,3% afirmam que o conhecem bem. A sigla STJ não é reconhecida por cerca de 65% dos pesquisados – mais de 80% deles não associam o slogan "Tribunal da Cidadania" ao STJ.

Cerca de 45% da população nem sabem indicar em que cidade está instalado o STJ. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, esse índice sobe para 65%. "O Tribunal é muito desconhecido. Por isso, a imagem dele se confunde com uma visão estereotipada da Justiça em geral. A idéia de que o STJ é lento é o sintoma mais evidente disso", explica Rodrigo Mendes.

**Melhor avaliação**

Pessoas com maior nível de instrução, maior nível de renda, interessadas em política e leitoras habituais de jornais são as que mais conhecem e melhor avaliam o STJ. As pessoas com nível superior ou com pós-graduação são as que têm uma imagem mais positiva do Tribunal: quase 80% deles sabem que o STJ fica em Brasília; 71% consideram a instituição profissional; 68%, séria; 58%, ética e 57%, com credibilidade.

O jornalista Luiz Gustavo Rabelo, um dos coordenadores do projeto da nova política de Comunicação Social do STJ, acredita que os dados apresentados pela pesquisa são um ótimo referencial no esforço de aproximar o Tribunal da população. "O estudo tira o STJ da era do empirismo. A partir de agora, a Casa poderá, com base em dados concretos, checar os erros e acertos de suas ações, sobretudo no que se refere a sua imagem perante os brasileiros", explica.

Rabelo não tem dúvidas de que a pesquisa ressalta a importância de as ações do STJ serem melhor difundidas entre a população. Como os dados são categóricos em mostrar que, quanto menos se conhece o Tribunal, pior é sua avaliação, o STJ acaba caindo numa espécie de "vala comum" do Judiciário que povoa o imaginário dos brasileiros. "O resultado demonstra claramente que o STJ tem de ser mais transparente à sociedade. Só assim seremos melhor conhecidos e todas as boas ações realizadas na Casa, reconhecidas publicamente", afirma o jornalista. ▪

*César H. Arrais - carrais@stj.gov.br*

Montagem a partir do original de Smashmethod

## Imagem do STJ junto à população brasileira

| Sigla STJ | Conhece o STJ? | Localização do STJ | Função do STJ | Confiabilidade | Seriedade | Eficiência | Agilidade | Ética | Justiça |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **64,6%** não sabem o significado | **54,8%** só ouviram falar | **44,6%** apontam o local correto | **54,7%** sabem qual é a funçao do STJ | **53,2%** confiam no STJ | **62,7%** acham o STJ sério | **49,5%** consideram o STJ eficiente | **71,9%** acham o STJ lento | **52%** acham o STJ ético | **46,2%** acham o STJ justo |
| **34,8%** sabem | **21,5%** conhecem | **10,6%** apontam o local errado | **45,3%** não sabem | **34,2%** não confiam | **27,1%** não acham | **37,3%** acham o STJ ineficiente | **19%** acham o STJ ágil | **34,6%** não acham | **38,8%** acham o STJ injusto |
| | **3,3%** conhecem bem | **44,8%** não sabem onde fica o STJ | | | | | | | |

Pesquisa realizada pelo Instituto Nexus entre os dias 16 e 25 de janeiro com 2006 entrevistados de 10 cidades das cinco regiões do país. Margem de erro: 2,2%

# Servidores "vestem a camisa"

Além de investigar a imagem do STJ junto à população, o estudo do Instituto Nexus levantou a opinião dos servidores sobre a própria instituição. Os resultados mostram que todos têm grande comprometimento com o Tribunal e não hesitam em apontar suas qualidades. A pesquisa ouviu 501 servidores – ativos, inativos, cedidos, aposentados e ministros – entre os dias 6 e 23 de fevereiro último.

Para quase 100% dos servidores, o STJ é importante para a sociedade. A confiabilidade do Tribunal é alta para 96% deles. Já 85% dos funcionários consideram ótima ou boa a atuação da Casa. Também 96% afirmam confiar na seriedade do STJ. "Os dados revelam um corporativismo, no melhor sentido da palavra, muito grande dos servidores. Eles se empolgam ao falar do seu trabalho e demonstram disposição para 'vestir a camisa' do Tribunal", analisa Rodrigo Mendes, do Instituto Nexus.

Requisitados para avaliar o STJ em comparação a outros tribunais superiores, os servidores também demonstraram absoluta confiança nos atributos da Casa. Para 67% deles, o STJ é mais ágil que as demais cortes. Já 72% o consideram mais eficiente. E, para 60%, o Tribunal é mais transparente e mais ético.

## Visão dos servidores sobre o STJ

| | |
|---|---|
| **Importância** | 98% acham o STJ importante para a sociedade |
| **Slogan** | 80% se identificam com o slogan "Tribunal da Cidadania" |
| **Atuação** | 85,5% acreditam que a atuação do STJ é ótima ou boa |
| **Confiança** | 95,9% confiam no Tribunal |

**Estratégia**

A pesquisa de avaliação da imagem do STJ junto à população servirá de base para uma série de iniciativas do Tribunal. A principal delas será a consolidação da Política de Comunicação do STJ, que tem como objetivo aumentar a transparência do Tribunal e estreitar o relacionamento com seus públicos estratégicos e com a sociedade em geral.

O projeto da política, que começou a ser elaborado no ano passado por servidores de quatro diferentes áreas do Tribunal, ainda deverá ser referendado pela Comissão de Administração do STJ.

A pesquisa também vai servir de parâmetro para o Núcleo de Planejamento Estratégico avaliar, de forma sistemática, duas questões: o nível de percepção positiva do STJ junto à população e o nível de conhecimento institucional do Tribunal. "Um dos objetivos estratégicos do STJ é manter em um patamar elevado o conceito do Tribunal junto à sociedade brasileira", explica a servidora Ana Cláudia Faria, do Núcleo de Planejamento Estratégico.

Com base na pesquisa, foi criado um indicador que mostra estar em 58% a percepção positiva do STJ – a meta é que esse percentual suba para 63% ao final de 2007. Já o nível de conhecimento institucional está em 25% e, até o fim do ano que vem, deverá estar em 30%. ▪

## Comparação com outros tribunais superiores

**67,3%** acham o STJ mais ágil

**72%** acham o STJ mais eficiente

**60%** acham o STJ mais transparente

**60%** acham o STJ mais ético

## Gama disponibiliza 0800 e lista de credenciados

Nova parceira do Pró-Ser para procedimentos fora do Distrito Federal, a Gama Saúde disponibiliza para os associados uma central de atendimento 24 horas por meio dos números 0800-7220178 e 4004-0178. Os interessados em conhecer a rede credenciada da Gama Saúde devem acessar o endereço eletrônico **www.gamasaude.com.br**. Selecione a opção Usuário, clique em Rede de Atendimento, digite os cinco primeiros números do Cartão Gama Saúde, o código do STJ – 01643 – e escolha o Plano 007 – Master – 1643. Em breve, listas impressas com os estabelecimentos credenciados serão oferecidas aos servidores pelo valor de R$ 6,50. ▪

## Ginástica natural

O Programa STJ de Qualidade de Vida está oferecendo uma nova modalidade esportiva para os servidores que querem se manter em forma. O esporte, entretanto, não é dos mais convencionais, pois mistura movimentos de animais com a yoga e o jiu-jitsu. Trata-se da ginástica natural, uma prática que, utilizando o peso da própria pessoa, fortalece e alonga o corpo, o que proporciona maior flexibilidade e uma postura correta. A atividade custa R$ 40,00 por mês e é oferecida às segundas e quartas, das 19h15 às 20h15. Para saber mais sobre a modalidade, acesse o site **www.ginasticanatural.com.br**. Mais informações nos ramais 9636 e 9638. ▪

## Quatro vagas de ministros abertas

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encaminhou ao presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, a lista com seis nomes de advogados indicados para ocupar a vaga do recém-aposentado José Arnaldo da Fonseca. Caberá ao Pleno do STJ escolher três deles – Roberto Gonçalves Freitas (PI), Maria Thereza Rocha (SP), Renato Gomes Nery (MT), Paulo de Moraes Peralva (RJ), Rogério Neves Baptista (PE) e Hélio Luz de Cárceres (TO) – e enviar a relação dos nomes para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça a indicação, que ainda deve ser referendada pelo Senado. Lula já está com uma outra lista de quatro magistrados – Humberto Eustáquio Soares (AL), Jorge Mussi (SC), Massami Uyeda (SP) e Joaquim Herculano Rodrigues (MG) – da qual sairá o nome de mais dois ministros. Hoje o Pleno do STJ conta com 29 dos seus 33 membros. ▪

**TRIBUNAL**

*Paulista com mais de 40 anos de magistratura, ministro deverá imprimir estilo sóbrio e técnico à Presidência*

# Barros Monteiro no comando até 2008

**Desde o último dia 5** de abril, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está sob o comando de novos dirigentes. Até 2008, responderá pela Presidência o ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, pela Vice-Presidência, o ministro Francisco Peçanha Martins, e pelo Gabinete da Revista, o ministro Humberto Gomes de Barros. Novos secretários e coordenadores de setores também já foram empossados (*ver quadro*).

Aos 66 anos, Barros Monteiro contabiliza mais de quatro décadas de magistratura em seu currículo. Desde 1989 no STJ, o ministro acena com uma gestão sóbria, discreta e técnica em seus dois anos de mandato. Seu foco deverão ser as questões internas do Tribunal. Em seu discurso de posse, o novo presidente ressaltou a necessidade de fortalecer as instituições do Estado, sobretudo neste período de crise nos Poderes da República.

"É sabido que, sem instituições políticas sólidas e confiáveis, não há sustentação ao Estado democrático de direito. Perenes e fortes, como devem ser, constituem elas a garantia da liberdade individual e da efetiva tutela dos direitos humanos. Cumpre, pois, defendê-las, valorizá-las e aprimorá-las a todo o tempo", afirmou o presidente. Seguindo o mesmo raciocínio, o ministro reconheceu a necessidade de modernização do Judiciário e ressaltou a importância do Conselho Nacional de Justiça nesse sentido.

"Como a crise é do Estado, dela não fica isento o Poder Judiciário que, no entanto, reconhecendo as deficiências existentes, está sendo o primeiro a remodelar-se e a adequar-se às exigências dos novos tempos. Gradativamente, com uma administração austera e eficiente, hoje coordenada e orientada pelo Conselho Nacional de Justiça, os órgãos do Poder Judiciário terão condições de, em breve, atingir a meta de prestar a jurisdição de forma mais ágil, transparente e eficaz", disse.

O presidente também manifestou preocupação com o crescente número de processos que chegam ao STJ: 910 por dia em 2006, contra 690 em 2005. Entretanto, em entrevista coletiva pouco antes da posse, Barros Monteiro afirmou que não pretende aumentar o número de ministros do STJ – a Constituição prevê até 64 – para dar conta da demanda progressiva da Casa.

Foto: Sandra Fado

**Novo presidente discursa para o Pleno lotado durante sua posse**

Além disso, mostrou-se amplamente favorável à fixação de regras que impeçam que tantos processos cheguem ao STJ. "Esses filtros de chegada de recursos aos tribunais superiores são uma medida imprescindível até porque, do contrário, o STJ estará inviabilizado em pouco tempo. Temos hoje, pendentes de julgamento, 144 mil processos". ▪

*Da Redação - informe-se@stj.gov.br*

## Novos dirigentes

Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho – **Presidente**

Ministro Francisco Peçanha Martins – **Vice-presidente**

Ministro Humberto Gomes de Barros – **Diretor da Revista**

Miguel Augusto de Campos – **Diretor-Geral**

Ana Luísa Dornelles – **Secretária-Geral da Presidência**

Salatiel dos Santos – **Secretário de Administração e Finanças**

Anderson Vidal Correa – **Secretário de Controle Interno**

Maria Raimunda Mendes da Veiga – **Secretária de Recursos Humanos**

Rosângela Silva – **Secretária Judiciária**

Francisco Paulo Lopes – **Secretário de Tecnologia das Informação e das Comunicações**

James Ferreira dos Santos – **Secretário de Saúde e Benefícios**

Armando Cardoso – **Assessor-Chefe de Comunicação Social**

Sérgio de Paula Amaral – **Assessor Parlamentar**

**ARQUITETURA**

*Novo restaurante e sede da Enfam e do CJF resgatam projeto de Niemeyer*

# Para finalizar a obra do gênio

**Oito anos após ser inaugurado,** o complexo arquitetônico do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tal qual idealizado por Oscar Niemeyer, finalmente será completado. Nas próximas semanas, devem ser finalizados os trâmites burocráticos para que se iniciem as obras do novo restaurante e do anexo que abrigará a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e o Conselho da Justiça Federal (CJF). As construções já foram autorizadas pelo novo presidente, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

As novas edificações fazem parte do projeto original desenhado por Oscar Niemeyer em 1989 – pouco depois de a Constituição Federal de 1988 criar o STJ em substituição ao Tribunal Federal de Recursos. A carta magna, inclusive, estará sendo cumprida com a construção do anexo já que, em seu artigo 105, existe a previsão de que o CJF e a Enfam funcionem junto ao Tribunal.

Com 7,3 mil m² de área construída, o anexo ficará localizado entre o auditório e o edifício Ministros II. A obra está orçada em R$ 7,4 milhões e já está prevista no orçamento do Plano Plurianual (PPA) de investimentos do Governo Federal. Além de criar uma nova estrutura para o Tribunal, outra vantagem da construção será a abertura de maiores espaços no subsolo e no edifício Ministros I.

SEAR/STJ

**Projeção do restaurante (redondo) e do anexo(retangular)**

"Com a transferência do CJF para o anexo, o Ministros I poderá ficar exclusivo para os ministros, como era previsto no projeto original; eles ganharão mais espaço nos seus gabinetes", explica o subsecretário de Engenharia e Arquitetura, Guilherme Gossling Valério.

### Custo zero

Os congestionamentos dos elevadores do prédio da Administração na hora do almoço estão com os dias contados. O novo restaurante ficará localizado no térreo e terá uma área com quase 1 mil m². Terá capacidade de servir 1,6 mil refeições por dia.

A obra, orçada em R$ 800 mil, será totalmente custeada pela Caixa Econômica Federal a fundo perdido. Ou seja, o STJ não terá de ressarcir o investimento. O espaço será mais claro e arejado que o restaurante atual. De acordo com Guilherme Gossling, a área no 3º andar do prédio da Administração hoje ocupada pelo restaurante será liberado para uso das coordenadorias. ▪

*Da Redação - informe-se@stj.gov.br*

**CULTURA**

# Arte aos montes

Obra de Afonso Teixeira

**Entre os dias 5 de maio e** 2 de junho, a faceta mais cultural da cidade mineira de Montes Claros estará em exposição no STJ. Será a mostra "Arte aos Montes", uma coletânea de obras dos membros da Associação dos Artistas Plásticos de Montes Claros e do Instituto Laborearte, também localizado no município mineiro.

Berço de nomes importantes da cultura brasileira como Darcy Ribeiro e Beto Guedes, Montes Claros tem na arte a expressão maior dos valores e costumes de seu povo nos diversos extratos sociais. A exposição trará quadros, esculturas e objetos artesanais, muitos deles desenvolvidos com materiais reciclados por jovens carentes do município.

A exposição "Arte aos Montes" será aberta com coquetel às 18h30 do dia 5 de maio no edifício dos Plenários. Em 2005, as mostras realizadas pelo Núcleo Cultural do STJ atraíram quase cinco mil pessoas. ▪

*Da Redação - informe-se@stj.gov..br*

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Colaboração:** Amália Ribeiro e Simone Vidigal • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XI • nº 17 JUNHO 2006

INSTITUCIONAL

*Tribunal ganha mais uma secretaria e passa por diversas reformas em seu organograma*

# Uma nova estrutura orgânica

**O Superior Tribunal** de Justiça (STJ) já não é o mesmo. Desde o final de abril, os novos dirigentes da Casa instituíram uma série de mudanças estruturais na Corte. A mais relevante foi a divisão da Secretaria Judiciária em dois novos órgãos (leia abaixo). Não parou por aí. "Além do visível gigantismo da atual estrutura da Secretaria Judiciária, foram detectadas disfunções, evidenciados gargalos e levantados pontos de retrabalho no macrofluxo da atividade processante", explica o presidente do Tribunal, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, em documento dirigido ao Conselho de Administração – que referendou as mudanças propostas pela nova gestão.

A Comunicação Social do STJ deixou de ser Assessoria e virou Secretaria. Também passou a integrar diretamente o Gabinete da Presidência – deixando a Secretaria do Tribunal. "Essas mudanças vão fortalecer as ações da Comunicação, o que vai permitir que o STJ alcance mais rapidamente seu objetivo de ser o Tribunal da Cidadania", disse o jornalista Armando Cardoso, que dirige a nova Secretaria.

Foto: TBF

**Rosângela Silva mostra o crescimento do número de julgados no STJ: o volume de trabalho e de funcionários na Secretaria motivou a divisão**

Ainda dentro do Gabinete da Presidência, as Relações Internacionais viraram uma assessoria isolada, desvinculando-se do Cerimonial e Relações Públicas. Além disso, a Ouvidoria-Geral deixa de existir como órgão e suas atividades passam a ser incorporadas pelo Gabinete do Secretario-Geral da Presidência, onde o ouvidor estará lotado. "São mudanças que se ajustam melhor ao Regimento Interno da Casa", explica o diretor-geral do STJ, Miguel Augusto Fonseca de Campos.

A Secretaria de Recursos Humanos também mudou de nome, atendendo, agora, por Secretaria de Gestão de Pessoas. O órgão, agora, oferece serviços em novas unidades, como a Central de Atendimento ao Servidor e a Assessoria de Legislação de Pessoal.

Já o Núcleo Cultural acabou extinto. Suas responsabilidades, como os programas de visitação, o Museu e as atividades de editoração cultural, retornam à alçada da Secretaria de Documentação - como havia sido no passado. Tal órgão também conta com uma nova coordenadoria, a da Biblioteca Digital, e tem a nomenclatura da Divisão de Arquivo-Geral alterada para Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos.

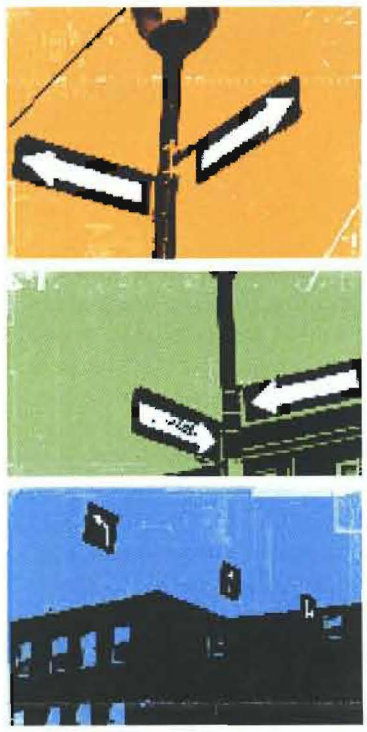
Outra mudança importante foi a instituição de apenas três níveis hierárquicos – Secretaria, Coordenadoria e Seção – em todas as unidades do STJ. Com isso, foi extinto o nível de Divisão. "Essa medida tem o objetivo de aproximar os planos decisório e operacional, agilizando a tomada de decisão e evitando o emperramento dos trabalhos", explica o diretor-geral.

### Mais eficiência

Entre todas as mudanças empreendidas no STJ, a de maior relevância foi a criação da Secretaria dos Órgãos Julgadores, que surge como uma divisão da Secretaria Judiciária – que continua existindo, só que dedicada exclusivamente ao processamento inicial, que vai do protocolo à distribuição. Segundo o diretor-geral, Miguel Augusto Fonseca de Campos, a iniciativa tem o objetivo de dar mais racionalidade e eficiência ao trabalho da área-fim do Tribunal, já que a antiga Secretaria Judiciária era tida como grande demais. "Era gritante o gigantismo. Era algo difícil de administrar. Não estamos inventando moda, apenas trabalhando para que aumente a quantidade de julgados da Casa", ressalta Campos.

A titular do novo órgão é a mesma que vinha dirigindo a antiga Secretaria Judiciária. Para Rosângela Silva, a divisão será muito benéfica . "Quase mil servidores eram subordinados à Secretaria Judiciária. É impossível alguém cuidar disso tudo", destacou.

A nova Secretaria dos Órgãos Julgadores responde pelos processos desde que chegam aos gabinetes dos ministros até a baixa definitiva. Para efetivar a mudança, a administração do Tribunal redistribuiu as funções comissionadas de toda a Casa. A Secretaria dos Órgãos Julgadores ganhou um acréscimo de mais de R$ 60 mil mensais em



funções. "Isso aumenta muito nossa responsabilidade perante o restante do STJ. Estaremos sempre em busca de mais celeridade e qualidade", diz Rosângela Silva. ▪

*César H. Arrais - carrais@stj.gov.br*

## As principais mudanças

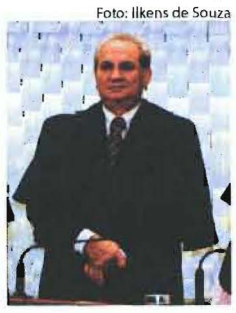
- Divisão da Secretaria Judiciária em duas: a Secretaria Judiciária, responsável pelas fases de protocolo, autuação, classificação e distribuição, e a Secretaria dos Órgãos Julgadores, responsável pelas fases seguintes até a baixa definitiva dos autos.
- Criação da Assessoria de Relações Internacionais, que se desmembra da Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, dentro da estrutura do Gabinete da Presidência.
- Transformação da Comunicação Social em Secretaria, que passa a estar ligada ao Gabinete da Presidência.
- Extinção da Ouvidoria-Geral. Ouvidor passa a desempenhar suas atividades no Gabinete do Secretario-Geral da Presidência.
- Secretaria de Segurança e Representações no Rio e em São Paulo passam a vincular-se à Secretaria do Tribunal.
- Fim do nível hierárquico de Divisão. Agora, todas as unidades ficam subdivididas em Secretarias, Coordenadorias e Seções.
- Secretaria de Recursos Humanos vira Secretaria de Gestão de Pessoas.
- Núcleo Cultural foi extinto. As atividades de visitação, Editoração Cultural e o Museu retornam para a Secretaria de Documentação, que também contará com a nova Coordenadoria da Biblioteca Digital.
- Criação da Assessoria de Inteligência na Secretaria de Segurança.
- Assessoria de Planejamento, Organização e Estatística foi redesenhada e passa a se chamar Assessoria de Gestão Estratégica.

## Especialista em Judiciário

A carreira de administrador público do novo diretor-geral do STJ, Miguel Augusto Fonseca de Campos, 61 anos, já está completando três décadas. Foi em 1976 que ele forjou seu futuro profissional ao concluir o curso de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Foi funcionário do Banco do Brasil, onde ocupou cargos da cúpula da instituição, e trabalhou no Ministério da Fazenda.

No Poder Judiciário, Campos também ascendeu ao topo da carreira pública. Em 1995, era diretor-administrativo do Supremo Tribunal Federal (STF) na gestão do ministro Sepúlveda Pertence. Depois assumiu a Diretoria-Geral do próprio STF na presidência dos ministros Carlos Velloso e Nelson Jobim – encerrada no começo do ano. Também acompanhando o ministro Jobim, Campos foi DG do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Tive a emoção de participar do evento de diplomação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva", recorda-se.

Foto: Ilkens de Souza



**Miguel Campos dirige o STJ pela 2ª vez**

Miguel Campos assumiu a Diretoria-Geral do STJ no dia seguinte à posse do ministro Raphael de Barros Monteiro Filho. Não é cristão novo na Casa. Entre 1997 e 1999 já havia ocupado esse cargo nas gestões dos ministros Américo Luz e Antônio de Pádua Ribeiro. Para ele, a Casa não pára de crescer. "O STJ já é o maior Tribunal superior com 33 ministros. E, a cada ano, são mais processos e mais servidores. O desafio é melhorar a gestão para fazer frente ao crescimento da demanda", afirma.

Miguel Campos é natural de Santarém (PA) e egresso de uma família de músicos. Apesar de se auto-definir "ovelha-negra" da família em termos artísticos, tocou durante anos flauta transversal. E ainda toca violão. Em compensação, suas duas filhas, frutos de um casamento de 39 anos, são musicistas profissionais em São Paulo. Torcedor do Fluminense, Miguel espera seu primeiro neto para setembro.

### Informações funcionais em um só órgão

Os servidores do STJ podem agora resolver todas as pendências relacionadas a sua vida funcional num só lugar. Com a reestruturação doa Recursos Humanos (agora Secretaria de Gestão de Pessoas), as atividades relacionadas à vida funcional, desde o provimento até a aposentadoria do servidor, foram concentradas na Coordenadoria de Provimento e Informações Funcionais (CPIF). O novo órgão englobou a Seção de Aposentadorias e Pensões Estatutárias (SEAPS) e a Seção de Direitos e Deveres dos Servidores em Atividade (SEDESA). ▪

### Concurso prorrogado

O último concurso realizado pelo STJ, em maio de 2004, terá seu prazo de validade prorrogado por dois anos. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União no final do mês de maio. A prorrogação já vale ,desde o último dia 03/06, para os cargos de analista judiciário, áreas de biblioteconomia e arquivologia, e técnico judiciário nas áreas administrativas e de informática. A partir do dia 30 de junho, será prorrogada a validade para os cargos de analista judiciário, nas áreas administrativa, judiciária, comunicação social, medicina (endocrinologia), informática e psicologia. E, no nível técnico, para a área de telecomunicações e eletricidade. ▪

### Servidores vão receber juros sobre os 11%

Os servidores que ingressaram no STJ até setembro de 2000 vão receber juros de 1% sobre a defasagem salarial ocorrida em 1994, quando a remuneração foi convertida em URV em razão do Plano Real. A decisão foi tomada no final de maio pelo Conselho de Administração. Os servidores tiveram uma perda salarial de 11,98% quando houve a conversão para o real – que acabaram reincorporados à remuneração em outubro de 2000. O benefício agora serão os juros sobre esses 11,98%. De acordo com o gabinete da Secretaria do tribunal, ainda não há previsão de crédito para o pagamento da correção. ▪

SERVIDOR

*STF fecha acordo com o governo para pagar PCS até o final de 2008*

# Plano fatiado em seis vezes

**Depois de mais de um** ano de polêmicas e de tramitações erráticas no Congresso Nacional, o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário da União está próximo de se tornar realidade. No último dia 23 de junho, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, telefonou para a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, informando que o governo havia aceitado os termos da contraproposta do Tribunal que estipulava o pagamento do PCS em seis parcelas a partir de junho de 2006.

Com isso, o plano deverá estar concluído em dezembro de 2008 (ver quadro). "Agora é só esperar o Congresso sacramentar o acordo. Não devem ocorrer reviravoltas", diz o assessor-parlamentar do STJ, Sérgio Amaral. O projeto de lei que cria o PCS já havia sido aprovado em três comissões temáticas da Câmara e deveria seguir para apreciação do Senado. Mas a proposta apreciada tinha sido a original, com parcelamento do PCS em apenas três vezes.

A mudança no parcelamento demanda a apresentação de um projeto substitutivo, que deverá ser apreciado pelo plenário da Câmara para depois seguir para o Senado. A expectativa do coordenador-geral do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, é que a lei esteja na mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a sanção até 15 de julho. "Como já existe um acordo, a tramitação no Congresso vai seguir em regime de urgência. Se tudo der certo, os servidores já contarão com o PCS na folha salarial de julho", ressaltou.

O STF já enviou ofícios aos líderes partidários no Congresso para informar o acordo com o governo e as mudanças em relação ao projeto original. Isso vai permitir a indicação de um relator para o substitutivo que será apreciado pelo plenário da Câmara. Os valores do PCS inicial – R$ 5,2 bilhões no total – estão mantidos para beneficiar os 105 mil servidores do Poder Judiciário da União.

Roberto Policarpo está satisfeito com o acordo, mesmo com a ampliação do número de parcelas. "O importante é que serão seis parcelas semestrais e não anuais, como o governo chegou a propor. Nem sempre tudo sai como a gente pretende, mas o que vale mesmo é que os servidores terão garantido o poder de compra dos seus vencimentos. Pelo menos até o final de 2008." ▪

*Redação - informe-se@stj.gov.br*

**Parcelas do PCS**

| Parcela | Data |
|---|---|
| 1ª - 15% | Jun/06 |
| 2ª - 15% | Dez/06 |
| 3ª - 15% | Jul/07 |
| 4ª - 15% | Dez/07 |
| 5ª - 20% | Jul/08 |
| 6ª - 20% | Dez/08 |

Foto: TBF

**Protesto no Ministério do Planejamento: acordo sai depois de mais de um mês de greve. Proposta ainda tem de ser aprovada no Congresso.**

EDUCAÇÃO

*STJ introduz mudanças na licença-capacitação*

# Tempo de se qualificar

**Monografias de final de** curso ou especialização, dissertações de mestrado, teses de doutorado. Qualquer que seja o grau de aprofundamento dos estudos, finalizar um trabalho de pós-graduação não é tarefa fácil, ainda mais conciliando com o emprego. O ideal seria elaborar o projeto sem se preocupar com o expediente e, principalmente, sem perder a remuneração.

Dentro do serviço público, essa é uma situação possível. É que, com a extinção da licença-prêmio em 1996, foi criada a licença-capacitação, que permite o afastamento do servidor por até três meses para participar de eventos ou cursos de qualificação profissional. A cada cinco anos, ele pode requerer o benefício, desde que o curso tenha relação com o cargo que exerce e seja de interesse da instituição. É preciso também contar com a colaboração da chefia.

A chefe de gabinete da vice-presidência, Bárdia Tupy, foi liberada durante dois meses, no início do ano, para concluir um curso de especialização em Direito Público. Conseguiu a licença com a ministra Eliana Calmon – em cujo gabinete estava lotada. Para Bárdia, é importante que os chefes avaliem bem os ganhos de qualidade que a especialização do servidor pode trazer para o Tribunal e facilitem a concessão da licença.

Bárdia reconhece que dispensar um funcionário por todo esse tempo é um preço alto para qualquer chefe, mas compensado pelo ganho de conhecimentos e de melhor prestação jurisdicional. No caso dela, que está finalizando uma monografia sobre "Aspectos Políticos da Admissibilidade do Recurso Especial" – um tema muito específico na sua área de atuação –, a licença foi fundamental para que pudesse acompanhar a rápida evolução da jurisprudência no Tribunal.

De olho na importância dessa busca de atualização, o STJ fez algumas alterações nas regras da licença-capacitação em maio deste ano. A principal mudança favorece os funcionários que exercem cargos comissionados. A partir de agora eles vão receber, além dos vencimentos do cargo efetivo, a remuneração referente à função comissionada.

Outra novidade é poder utilizar a licença para fazer monografia de graduação. Antes, apenas os cursos de pós e de treinamento faziam parte da lista de eventos de qualificação. O número máximo de servidores em usufruto simultâneo da licença também mudou: de um terço para um sexto da lotação da unidade. ▪

*Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br*

Foto: TBF

**Bárdia se licenciou para concluir especialização**

PAISAGISMO

*Conheça as plantas ideais par locais fechados*

# Para alegrar o ambiente

**As plantas têm o poder** de transformar ambientes e dar um colorido especial aos espaços interiores, como os locais de trabalho no STJ. A escolha da espécie adequada, entretanto, não é tarefa fácil visto que, na prática, não há uma classificação para plantas de interior ou exterior. Em geral, é a luminosidade oferecida pelo local que vai determinar qual variedade é mais apropriada.

Algumas plantas se adaptam melhor a áreas sombreadas, como as dracenas, as jibóias, os "comigo-ninguém-pode" e ainda algumas variedades de palmeiras, como as ráfias e as arecas. A maioria das plantas de interior são folhagens, exceção feita às bandeiras-brancas (ou spatifilum) – uma das raras espécies que florescem em lugares com pouca luminosidade.

Segundo o chefe da seção de paisagismo do STJ, o engenheiro agrônomo Salomão Álvares Hamú, cada planta tem sua preferência quanto à quantidade de luz, água e nutrientes. Uma variação excessiva nesses elementos pode resultar em prejuízo de seu vigor.

Salomão ressalta o cuidado com a adubação e com as regas. "Muita água pode matar sufocada a planta, pois elimina os espaços de aeração das raízes", explica. Outra recomendação do engenheiro é que se coloquem os vasos o mais próximo possível das janelas, onde eles possam receber maior incidência de luz natural. No caso das plantas que preferem pleno sol, elas podem ser retiradas, de vez em quando, expostas à luz direta e depois recolocadas nas áreas de sombras.

Dessa forma, com os devidos cuidados, as plantas de interior podem resistir bem às adversidades, às salas fechadas, com poucas janelas, sem iluminação e também com ar-condicionado. ▪

*Ana Carolina - acalmeid@stj.gov.br*

**As melhores espécies para ambientes fechados**

- Dracenas
- Jibóias
- Ráfias
- Arecas

Foto: TBF

- Bandeiras-brancas
- Comigo-ninguém-pode *(foto)*

**Folhosas são ideais para espaços interiores**

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XI • nº 18 JULHO 2006

Saúde

*Seção de Nutrição mobiliza servidores para mutirão de controle de peso. Meta é deixar o STJ 500kg mais magro*

# Um Tribunal em dieta

**Quem quiser ver**, já no mês de agosto, o ponteiro recuar ao subir na balança vai poder contar com uma ajuda valiosa do STJ. A Seção de Assistência Nutricional está tirando do forno um programa de controle de peso e educação alimentar cuja meta é fazer o Tribunal "perder" meia tonelada até o final do mês. "Se o projeto tiver 500 adeptos e cada um conseguir reduzir 1kg, esse primeiro objetivo será facilmente alcançado", diz Aldemir Soares Mangabeira, chefe da Nutrição e autor da iniciativa.

Batizado de "STJ de olho na balança", o programa vai funcionar com base num critério de pontuação, disponível na intranet, a partir do qual cada servidor montará seu próprio cardápio. Os interessados terão de informar altura, peso e o tipo de atividade física que praticam. Um programa de computador vai calcular o total de pontos que pode ser consumido ao longo do dia. Cada participante poderá escolher os alimentos de modo que, ao fim da seleção do cardápio, a pontuação não ultrapasse o limite estipulado. Servidores do Conselho da Justiça Federal (CJF), que não têm acesso à intranet, devem procurar a Seção de Assistência Nutricional para participar do programa.

Entre os itens que compõem o menu, alimentos saudáveis e pouco calóricos dividem espaço com chocolates, pães, bolos, sorvetes, queijos e outras guloseimas. "Um dos pontos fortes desse projeto é que ele trabalha dentro de uma perspectiva mais realista, sem a ilusão de que as pessoas vão deixar de lado os pequenos pecados gastronômicos", ressalta Aldemir.

Quem aprovou o caráter flexível da dieta foi a servidora do CJF Maria da Conceição Albuquerque. "É como dizia a minha mãe: coma de tudo, mas não coma tudo", lembra. Em busca de resultados imediatos, Conceição já enfrentou até a chamada Dieta Japonesa, na qual chegava a comer cerca de dez ovos por semana. "No início emagreci um pouco, mas depois chegava a passar fome e não perdia nem um quilinho", comenta. Mas, desta vez, com o incentivo dos colegas que vão participar da dieta coletiva, ela espera atingir sua meta. "Se eu não ganhar peso durante o mês, já considero uma conquista."

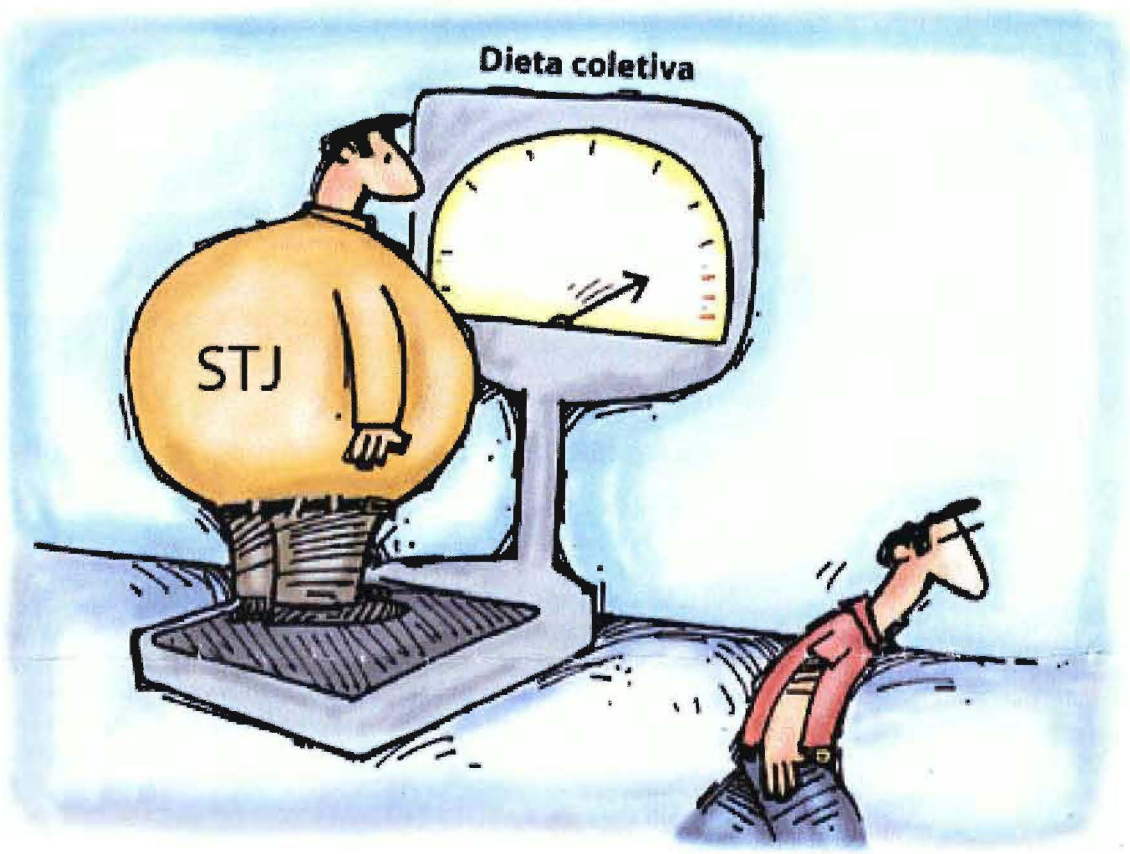



Ilustração: Eric Mancini

### Pesagem

Quem estiver disposto a encarar a empreitada – que só tem data para começar – poderá se inscrever entre os dias 31 de julho e 4 agosto, quando será realizada a primeira pesagem. Servidores do STJ e CJF, terceirizados e estagiários podem participar. A aferição do peso e das medidas será semanal no primeiro mês, acompanhada da distribuição de um fôlder educativo com a meta da semana. A primeira delas, chamada de "expresso 222", propõe a ingestão diária de dois litros d'água, duas frutas e a possibilidade de cometer duas extravagâncias durante os sete dias. Ao final de cada mês (de agosto a dezembro), haverá palestras sobre nutrição e saúde para informar e motivar os participantes.

O "STJ de olho na balança" veio para substituir o antigo Grupo de Controle de Peso e Reeducação Alimentar, que acabou esvaziando porque os participantes não podiam ir às reuniões toda semana. O novo projeto, de caráter continuado, vai começar investindo na redução do peso até conseguir promover a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis.

O secretário de saúde do Tribunal, Dr. James Ferreira dos Santos, chama a atenção para a importância de medidas como essa. "Elas despertam, de uma forma descontraída, a necessidade individual de se cuidar", diz. Isso pode ser particularmente interessante no STJ, onde há um grande número de pessoas com alterações na concentração de gorduras no sangue, e, conseqüentemente, um elevado risco de ocorrência de doenças cardiovasculares.

Foto: TBF

**Maria da Conceição, que já enfrentou dietas mirabolantes, animou-se com a flexibilidade do programa do Tribunal: "Coma de tudo, mas não coma tudo"**

O último exame periódico de saúde revelou que altas taxas de colesterol e/ou triglicerídeos já atingem 49% dos homens e 44% das mulheres. Comparadas à ala masculina, as mulheres do STJ andam cuidando um pouco melhor da forma: 30% estão acima do peso considerado normal, enquanto 58% dos homens entraram para a faixa do sobrepeso.

Contudo, não só a estética e a saúde serão beneficiadas com o projeto. A instituição também pode ganhar em produtividade ao oferecer aos funcionários a oportunidade de se cuidarem. De acordo com o psicólogo Fábio Angelim, a preocupação com a qualidade de vida no trabalho pode aumentar o rendimento das pessoas e melhorar o relacionamento com os colegas. "Com pessoas mais saudáveis e satisfeitas consigo mesmas, fica bem mais fácil criar um ambiente descontraído." ▪

*Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br*
*Ana Carolina - acalmeid@stj.gov.br*

## A cidade que emagreceu

Foto: SA

A empreitada do STJ contra o excesso de peso dos servidores não é uma iniciativa inédita. A experiência já foi realizada, e com sucesso, em um município gaúcho que era considerado a "cidade mais gorda do Brasil". Estudo realizado no ano 2000 mostrou que 60% dos 1,6 mil habitantes de Lagoa dos Três Cantos, a 272km de Porto Alegre, estavam com sobrepeso. O indicador assustou as autoridades sanitárias do município, onde a maioria da população é descendente de alemães. Foi então que a prefeitura articulou uma grande mobilização para a perda de peso baseada na dieta dos pontos, criada pelo endocrinologista paulista Alfredo Halpern, com monitoração pela internet – mesma forma adotada pela Seção de Assistência Nutricional do STJ. Em um ano, os 500 participantes da iniciativa perderam, em conjunto, 3,8 toneladas. O peso médio deles caiu de 82kg para 75kg. O resultado logo se refletiu no serviço de saúde do município: as internações hospitalares foram reduzidas em 60% e as consultas em 35%.

### Mais uma ministra

Foto: Sandra Fado

A advogada paulista Maria Thereza Rocha de Assis Moura será a nova ministra do STJ a partir de 9/08, dia em que toma posse. Com 26 anos de experiência advocatícia, Maria Thereza será a primeira representante feminina da Ordem dos Advogados do Brasil no STJ. O Tribunal foi a primeira corte superior do país a ter uma mulher como ministra – a baiana Eliana Calmon, empossada em 1998. De lá pra cá, outras três vieram a integrar o quadro: Nancy Andrighi, Laurita Vaz e Denise Arruda. Com a posse, a composição da Casa ficará apenas com uma vaga aberta. Deverá ser ocupada pelo procurador paulista Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin, cujo nome já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. ▪

### Justiça e cidadania nas ondas do rádio

Uma parceria entre o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais, com o apoio do STJ, vai aproximar, por meio do rádio, a população da Justiça Federal. É o projeto Rádio Cidadania Judiciária, que busca associação com emissoras de todo o país para divulgação de boletins informativos. Esses boletins, além de notícias sobre decisões judiciais importantes, vão tratar sobre o funcionamento da Justiça Federal e esclarecer como as pessoas podem pleitear seus direitos em juízo. Informações sobre como se associar à Rádio podem ser obtidas no *site* **www.justicafederal.gov.br** ou pelo telefone (61) 3319-6447. ▪

### Esculturas de animais do Cerrado no Museu

Os animais do cerrado vão invadir o Tribunal neste mês de agosto. Será na exposição "Bichos 3", da artista plástica Cléo Malta, mineira radicada em Brasília há 30 anos. A mostra estará aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, no Espaço Cultural do STJ. Cléo começou ainda criança a esculpir bichinhos, primeiramente com barro. Depois, já profissional, passou a utilizar argila e papel machê. Em "Bichos 3", as esculturas são confeccionadas a partir da manipulação de aço carbono – a artista também é especialista em metais. A exposição será aberta no próximo dia 10 de agosto e poderá ser visitada até 8 de setembro. ▪

Finanças Pessoais

*Confira as vantagens oferecidas aos servidores pelos bancos que atuam no STJ*

# Exclusividade em benefícios

**Juros mais baixos,** abatimento de taxas, investimentos mais rentáveis. Essas são algumas das vantagens oferecidas pelos bancos com agências no STJ a servidores, aposentados e seus dependentes (*ver quadro*). A iniciativa das instituições tem ampla aprovação entre os correntistas da Casa. O analista Riograndino Tabajara, lotado no Museu do Tribunal, é cliente da Caixa Econômica Federal (CEF) e da Credisutri. Ele elogia o relacionamento diferenciado com os clientes. "Aqui os gerentes realmente ajudam a tomar as melhores decisões de investimento", afirma.

Já o técnico Eduardo Bittencourt, da Seção de Gerência de Hardware e Software, acredita ser uma grande vantagem ter uma agência bem na porta do trabalho. "O atendimento é muito mais pessoal. Já usei o empréstimo e consegui condições excelentes", salienta.

Mais satisfeitos que os servidores, só os bancos, que acabam atraindo mais clientes com as vantagens. Para o gerente do Banco do Brasil, Roberto Guerra, o investimento em benefícios tem retorno com a baixa taxa de inadimplência. "De modo geral, são bons clientes, que cumprem todos os compromissos e criam relacionamentos de longo prazo", explica. A agência do Banco do Brasil no STJ tem mais de 4 mil clientes.

O Banco Real investe fortemente nos servidores públicos. Segundo a gerente da agência no STJ, Célia Fortes, o funcionário do Judiciário tem necessidades específicas, como o financiamento da casa própria. "Outra característica marcante desse público é que boa parte dele é tomador de empréstimos, especialmente em consignação", explica.

Na CEF, além dos benefícios de praxe, a estratégia é dar um atendimento personalizado. Janete Ramos, gerente da agência, explica que há três gerentes só para lidar com o público, o que daria uma média maior por cliente do que em outras agências.

Os servidores também podem contar com a cooperativa de crédito Credisutri. Segundo o gerente Marcos Campedelli, a Credisutri oferece produtos diferenciados como financiamento de material escolar. "Fazemos coisas que nenhum outro banco faz, como redistribuir as sobras de fim de ano (lucro) entre os membros", comentou. ▪

*Fabrício Azevedo - fcortes@stj.gov.br*

## Algumas vantagens oferecidas aos servidores*

| Banco do Brasil | CEF | Banco Real | Credisutri |
|---|---|---|---|
| Financiamento de veículos com taxa de 1,57% | Consignação com taxas a partir de 1,52% ao mês | Consignação com taxas a partir de 1,59% ao mês | Financiamento de veículos com taxa a partir de 1,90% |
| Consignação com juros a partir de 1,75% ao mês | Isenção de até 12 meses na cesta de serviços da c/c | Financiamento imobiliário com taxa de 9% a.a. | Financiamento de material escolar |
| Financiamento imobiliário pela Poupex | Isenção na 1ª anuidade do cartão de crédito | Cartão internacional com isenção da 1ª anuidade | Distribuição dos lucros entre os associados |
| | Taxas diferenciadas para o cheque especial | Fundo de investimento exclusivo do Judiciário | Empréstimo pessoal em caso de emergência |

* As informações foram repassadas pelas próprias instituições bancárias

Servidor

*Aprovados no último concurso concluem estágio probatório*

# Mudança de nível

**No dia 3 de agosto** de 2004, um grande evento no auditório do STJ empossava, coletivamente, os aprovados no último concurso realizado pelo Tribunal, em maio daquele ano. A analista Danielle Cristina Borges, hoje com 26 anos, estava presente à cerimônia. Apesar de ser formada em Odontologia, ela ingressava para trabalhar como analista na área administrativa da Casa. Dois anos depois, Danielle está prestes a concluir seu estágio probatório.

"Para mim é um alívio terminar o estágio probatório. É uma etapa concluída na minha carreira dentro do Tribunal. Quer dizer que estou habilitada para exercer minhas funções", ressalta Danielle. Como ela, mais 121 servidores que tomaram posse naquele 3 de agosto também estão concluindo o estágio probatório. Outros 30 que ingressaram na mesma data estão com a sua homologação atrasada.

Além de encerrar o período de avaliações, o fim do estágio probatório significa ser elevado em três níveis na carreira – indo do A1 para o A4. Ou seja, a remuneração básica (vencimento + GAJ) subirá de R$ 4.034,63 para R$ 4.470,71. Caso o PCS seja aprovado no esforço concentrado do Congresso no início do agosto, então esse valor seria ainda melhor: R$ 4.839,76.

"Essa é uma ótima vantagem. Sempre bom ganhar melhor porque sobra dinheiro para fazer mais coisas", diz Danielle. A servidora, que trabalha na Seção de Elaboração de Contratos, diz estar muito satisfeita com os dois anos trabalhando no STJ. "Aqui é uma ótima Casa, com benefícios importantes para os servidores. Além disso, aprendi muito com as pessoas legais e competentes com quem trabalho", diz. Já a estabilidade funcional só será obtida por Danielle e os outros 120 servidores do Tribunal que finalizam seus estágios em agosto de 2007.

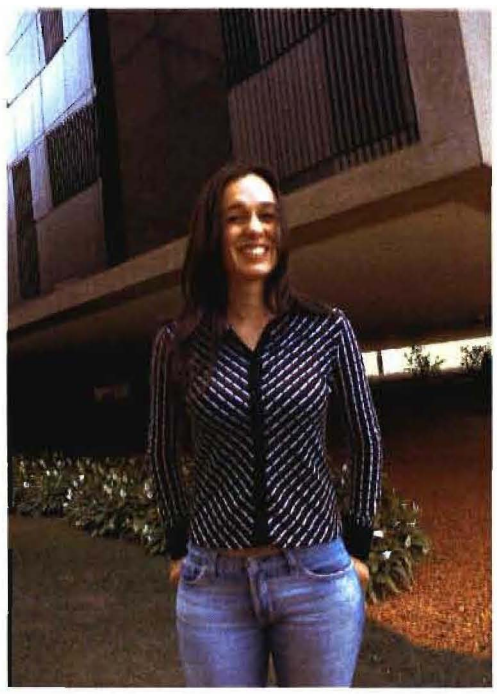


Foto: RTS

**Danielle se diz aliviada com o fim do estágio: "Estou habilitada para exercer minhas funções"**

### Nova regra

O concurso de 2004 teve sua validade prorrogada até junho de 2008. Entre os aprovados, já foram chamados 430 analistas e 423 técnicos. Nem todos vieram para o STJ. Alguns foram chamados para trabalhar em outros órgãos do Poder Judiciário, como o STF, o TSE, o TJDFT e o TRE/DF. Todos aqueles que concluírem o estágio probatório depois da aprovação do novo PCS estarão submetidos às novas regras.

Pelo projeto, os servidores, mesmo em estágio probatório, irão subir um nível da carreira a cada ano. Portanto, não haverá mais a transposição do nível A1 para o A4 depois de concluída a fase de avaliações. Para os funcionários que, atualmente, já cumpriram um ano do estágio, a elevação se dará para o nível A3 – caso o PCS venha a ser realmente aprovado. ▪

*Redação - informe-se@stj.gov.br*

## Quanto vale a progressão

| Nível | Remuneração |
|---|---|
| A1 | R$ 4.034,63 |
| A4 | R$ 4.470,71 |
| A4 pós-PCS | R$ 4.839,76 |

Carreira

# PCS adiado

O acordo já **está fechado.** Servidores, sindicalistas, dirigentes dos tribunais, governo e líderes parlamentares chegaram a uma proposta comum para viabilizar o novo Plano de Cargos e Salários (PCS) dos funcionários do Judiciário. Ainda assim, a aprovação do projeto no Congresso Nacional corre o risco de acontecer só após as eleições de outubro. A pauta quase sempre trancada por medidas provisórias (MPs) e o envolvimento dos congressistas em suas campanhas eleitorais são as ameaças contra a imediata transformação do PCS em lei.

A expectativa era de que o PCS fosse votado no esforço concentrado da Câmara na segunda semana de julho. Mas a pauta trancada por sete MPs e quatro projetos com urgência constitucional impediram a apreciação do projeto. Um novo esforço concentrado está marcado para a primeira semana de agosto. O coordenador-geral do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, não quer perder a oportunidade. "Vamos mobilizar a categoria, inclusive com caravanas de fora de Brasília, para fazer pressão sobre os parlamentares durante o esforço concentrado", disse o sindicalista.

Caso a aprovação não aconteça em agosto, haverá outro esforço concentrado na primeira semana de setembro. Se nesse período também não houver a apreciação no plenário, o PCS ficará para depois do segundo turno das eleições. Independente de quando o projeto vier a ser aprovado, os reajustes previstos serão retroativos ao último mês de junho. ▪

*Redação - informe-se@stj.gov.br*

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Assessor chefe de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Chefe do Núcleo de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Coordenador de Comunicação Interna:** Roberto Thomaz • **Editor do Informe-se:** César Henrique Arrais • **Projeto Gráfico:** Thaís Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XI - nº 19 AGOSTO 2006

TRIBUNAL

*STJ alcança marca histórica de 2 milhões de julgados e reabre debate sobre como racionalizar o excesso de trabalho na Casa*

# Crescimento acelerado

O último dia 4 de agosto foi histórico para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Não houve nenhum evento especial ou posse ou julgamento que causassem grande clamor entre a opinião pública. Nessa data, o Tribunal alcançou a marca de dois milhões de julgados em sua curta história de vida – completou 17 anos em 2006.

O aumento de julgados no STJ aconteceu quase de forma exponencial. Em seu primeiro ano completo de funcionamento, 1990, o Tribunal julgou pouco mais de 11,7 mil processos. Para 2006, a previsão é que esse número chegue aos 290 mil. "Não vou me impressionar se ultrapassarmos os 300 mil", diz Rosângela Silva, Secretária dos Órgãos Julgadores.

A média de julgados por ministro relator, em 1989, era de 121 ao ano. Em 2005, esse indicador já chegava a 9.376. "No começo, imaginávamos que o STJ seria muito procurado, mas não tanto quanto vem acontecendo. A mudança foi sentida aproximadamente cinco anos após a instituição da Casa", diz o ministro Nilson Naves, egresso do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR) e segundo mais antigo na composição atual do STJ.

O crescimento contínuo das demandas também é comprovado na comparação entre o tempo levado pelo STJ para chegar ao seu primeiro milhão de julgados e o para alcançar o segundo milhão. Enquanto o Tribunal demorou 13 anos até concluir seu milionésimo julgamento, foram necessários apenas mais quatro anos para a Casa ultrapassar a marca dos dois milhões.

"Não se poderia, no começo, imaginar que o Tribunal, em 17 anos de existência, fosse atingir a marca de dois milhões de julgados. Entretanto era previsível que a Corte seria acionada em número apreciável de feitos, uma vez que, na missão de controlar a aplicação da legislação infraconstitucional, estava a suceder o STF sem que tivesse à disposição mecanismos eficientes de contenção da admissibilidade do recurso especial", explica o presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho.

**1989: 3.711 processos**

**1992: 66.148 processos**

**1995: 206.617 processos**

**1998: 487.767 processos**

**2001: 968.586 processos**

**2004: 1.598.874 processos**

**2006: 1.993.360 processos**

**Agosto de 2006: 2 milhões de processos**

### Constituição de 1988

Entre as várias motivações que levaram ao aceleramento progressivo das demandas do STJ, um é apontado como unanimidade: o crescimento da conscientização da população brasileira acerca dos seus direitos após a Constituição de 1988. "A Constituição despertou o povo, levando-o a buscar mais o Judiciário", diz o ministro Nilson Naves.

"O Brasil está vivendo uma mudança cultural que já se encontra em fase acentuada no Rio Grande do Sul: a população não se entrega e luta até o fim pelos seus direitos", diz o advogado Bráulio Dinarte da Silva Pinto, presidente em exercício da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Rio Grande do Sul é, desde a criação do STJ, o estado que mais demanda na Corte.

A secretária Rosângela Silva também aponta os diversos planos econômicos, que geraram uma enxurrada de ações, e a obrigação do Executivo de recorrer contra todas as decisões que lhe são desfavoráveis. "A instabilidade econômica gerou um excesso de causas contra a União", ressalta.

### Soluções

A demanda irracional do STJ sobrecarrega os ministros. "Ainda que nos dediquemos, de corpo e alma, ao trabalho, não lhe daremos cobro, pois trata-se de tarefa invencível, faltando-lhe, inclusive, *glamour* em alguns momentos", afirma Nilson Naves. O advogado gaúcho Bráulio Dinarte vê no aumento do número de ministros – a Constituição prevê que o STJ pode ter até 66 membros – a solução para equacionar o nível de trabalho dos magistrados.

"Medidas que limitem a possibilidade de recursos podem gerar prejuízos à população. Só o aumento da corte poderia tornar mais racional o trabalho dos ministros do STJ", diz o advogado gaúcho, que também atua junto à Casa. Já sua colega Estefânia Viveiros, presidente da OAB no Distrito Federal, tem uma visão distinta. "O aumento por si só não vai resolver. Mais efetiva seria a criação de mecanismos que freassem a chegada de tantos processos ao STJ. A súmula impeditiva de recursos, ao meu ver, seria uma boa solução", afirma.

Visão semelhante à de Estefânia Viveiros tem o ministro Raphael de Barros Monteiro Filho. "É consenso na Casa que o aumento no número de ministros não resolveria o problema", ressalta. O presidente do STJ, que também se sente sobrecarregado com tanto trabalho, vê na súmula impeditiva de recursos – que faz parte do Projeto de Emenda Constitucional 358-A, em tramitação no Congresso – e numa lei ordinária que estabeleça casos de inadmissibilidade de recursos especiais as melhores soluções para racionalizar o trabalho na Casa. "É humanamente impossível examinar, um a um, os numerosos feitos que aqui aportam." ▪

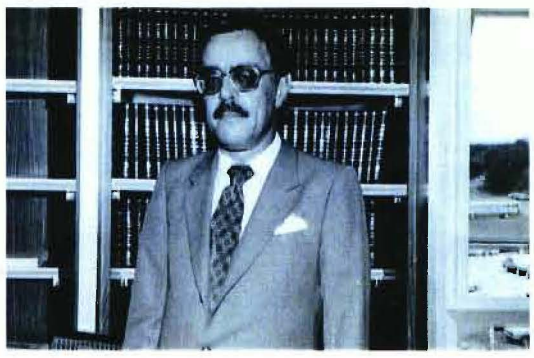
*César H. Arrais - carrais@stj.gov.br*

HISTÓRIA

## O Primeiro Julgado da Casa

A O caminho do STJ até chegar aos seus dois milhões de julgados teve início no dia 2 de maio de 1989. Nessa data, a Terceira Turma realizava o primeiro julgamento do Tribunal – que havia sido criado oficialmente meses antes com a promulgação da Constituição de 1988. A sessão, chefiada pela atual secretária dos Órgãos Julgadores, Rosângela Silva, foi comandada pelo ministro Torreão Braz, hoje aposentado.

Por estar ainda no começo das suas atividades, o STJ não se encontrava com seu quadro de 33 ministros completo. Tanto que a primeira sessão da Terceira Turma só contou com três membros: além de Torreão Braz, fizeram parte do julgamento Eduardo Ribeiro, também aposentado, e o ministro Nilson Naves que, uma década mais tarde, viria a ser presidente do STJ.



**Ministro Naves foi o relator do primeiro processo apreciado no STJ, em 1989.**

E foi justamente Naves o relator do primeiro julgado da história da Casa: a PET 001. Tratava-se de uma petição em medida cautelar movida pela Confecções Renebê Ltda., do Rio de Janeiro, contra decisão do TJRJ que obrigava a empresa, à época em processo de concordata, a pagar a um de seus credores em duas parcelas anuais com juros de 12% ao ano.

O argumento da Confecções Renebê Ltda. era que a cobrança dos juros não estava prevista legalmente e que seu pagamento, que deveria acontecer em 28/4/1989, iria levar a empresa à falência.

Naves concedeu a medida liminar para suspender a cobrança de juros da dívida. Posteriormente, em 2 de maio, a Terceira Turma, por unanimidade, confirmou a decisão do ministro. Ele lembra com nitidez o caso, inclusive destaca que o STJ ainda não tinha uma posição firmada sobre esse tipo de questão.

"Levando em conta haver divergência acerca da matéria, bem como estar a falência da requerente na iminência de ser decretada caso não fosse feito, em dois dias, o depósito da primeira parcela da dívida com os credores, concedi a liminar *ad referendum* do colegiado", conta. Pouco mais de um ano depois, como lembra Naves, foi aprovada a Súmula 8, que definiu posição da Segunda Seção – Terceira e Quarta Turmas – sobre o tema. ▪

## Posse no novo ministro

A partir do dia 6 de setembro, o STJ volta a funcionar com a composição completa de 33 ministros, quando o procurador Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin toma posse. O novo ministro é a oitava indicação do presidente Lula para o Tribunal e vai ocupar a vaga destinada a membro do Ministério Público aberta pela aposentadoria do ministro Edson Vidigal. Antônio Herman vai integrar a Segunda Turma e a Primeira Seção do STJ, órgãos responsáveis pelos julgamentos de questões referentes ao Direito Público, entre elas, os recursos sobre Direito Ambiental, uma de suas especialidades. Natural de Catolé do Rocha (PB), o futuro ministro é bastante lembrado por sua participação na comissão que elaborou o Código de Defesa do Consumidor (CDC). ▪

## PCS só depois das eleições

O Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário só deverá virar realidade depois das eleições. A tentativa de aprová-lo durante o esforço concentrado dos deputados no início de agosto naufragou. Um novo esforço concentrado está marcado para o início de setembro. Mas o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PcdoB-SP), tem-se mostrado cético quanto à possibilidade de aprovação de qualquer projeto no período. O assessor parlamentar do STJ, Sérgio Amaral, também acredita que o Congresso só votará a matéria após as eleições. Amaral não vê possibilidade de o plano ser mutilado. O deputado Luciano Castro (PL-RR) apresentou requerimento à Mesa da Câmara pedindo inversão de pauta, o que colocaria o projeto do PCS como prioridade nas votações – só ficando atrás das MPs e das matérias com urgência constitucional. Independentemente de quando for aprovado, o PCS será necessariamente retroativo ao mês de junho deste ano. ▪

## O Tribunal está perdendo peso

O programa "STJ de Olho na Balança" traz uma boa notícia. Em apenas duas semanas, os servidores já emagreceram 268 Kg. Mas o desafio continua. Como a meta é perder meia tonelada ainda em agosto, faltam ainda 232 Kg. O encontro com a balança é semanal e, ao final de cada mês, haverá palestras sobre nutrição e saúde. As próximas serão nos dias 30 e 31 de agosto. A primeira acontecerá às 10h, na Sala de Conferências. A segunda, a partir das 17h, no auditório externo. ▪

**Comunicação**

*Portal simplifica acesso a conteúdos e serviços oferecidos pelo STJ*

# Tribunal inaugura novo site

**Um veículo de comunicação** mais acessível e adaptado às necessidades dos usuários, entre eles os portadores de deficiência. Com esses desafios, o STJ lança, no dia 28 de agosto, seu novo Portal de internet. Com um aspecto moderno, o site introduziu uma série de mudanças com o objetivo de facilitar o acesso aos conteúdos e serviços oferecidos pelo Tribunal.

As informações constantes do site anterior do Tribunal foram reorganizadas no novo Portal com base em critérios que privilegiam as necessidades de informação dos principais usuários do veículo. Estão destacadas as áreas de maior acesso, como jurisprudência, acompanhamento processual e notícias. A identidade visual do site foi modificada. Ficou em destaque a cor institucional – o azul –, e foram utilizadas imagens e elementos visuais modernos.

A reorganização visa simplificar a navegação no Portal. Para isso, reduziu-se o número de links no menu da página principal. Esses links agora vão abrigar assuntos correspondentes de modo a facilitar a busca por informações no ambiente virtual. A linguagem do site também foi simplificada.

O Portal contará agora com duas novas áreas personalizadas. Uma delas é a Sala de Serviços Judiciais. Concebida para os operadores do Direito e para as partes dos processos, a área reúne, num só local, os principais mecanismos de busca e serviços oferecidos pelo STJ para os jurisdicionados. Denominada Sala de Notícias, a outra área agrupará o conteúdo informativo de caráter noticioso do Tribunal. Desenvolvida para atender a imprensa e a população em geral, ela veiculará informações atualizadas em três mídias distintas: eletrônica, tevê e rádio.

Os sistemas de busca essenciais presentes no site anterior, como a jurisprudência, foram mantidos na forma original no novo Portal do STJ. Algumas áreas constantes do veículo anterior, como os sistemas judiciais estrangeiros, ficarão temporariamente indisponíveis para consulta, pois serão reorganizados para serem veiculados com as modificações que facilitarão o acesso dos internautas.

O novo Portal será administrado por um grupo de servidores das áreas de Comunicação Social e Tecnologia da Informação. Num primeiro momento, apenas a face externa do veículo será alterada. A intranet continuará com o formato atual. Assim que o Portal estiver completamente ajustado, o grupo responsável pela gestão do site iniciará os estudos que resultarão na mudança da intranet, que deverá ser modificada e adequada ao novo conceito somente no início de 2007. ▪

*Luiz Rabelo - luizrabelo@stj.gov.br*

**Saúde**

*Comitê de Ergonomia coloca bem-estar dos servidores na pauta de prioridades do Tribunal*

# Trabalho e satisfação de mãos dadas

**Muitas pessoas passam** cerca de oito horas por dia sentadas diante de um computador ou curvadas sobre uma mesa, nem sempre com o mobiliário adequado ou com a postura correta. O resultado disso pode ser o desenvolvimento de doenças como tendinites, bursites, lesões por esforço repetitivo e outras doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. Em casos extremos, a pessoa precisa até se afastar do trabalho ou mudar de cargo.

Foi o que aconteceu com o analista judiciário Daniel Winovski, atualmente lotado na Seção de Atendimento da Terceira Turma. Daniel desenvolveu uma doença chamada tenossinovite (inflamação da membrana que recobre os tendões) na mão esquerda e, depois de várias licenças, precisou deixar a seção de processamento. "Apesar de ser destro, o peso dos processos e o movimento inadequado fizeram com que a doença afetasse o punho esquerdo, causando dor e inchaço" – explica.

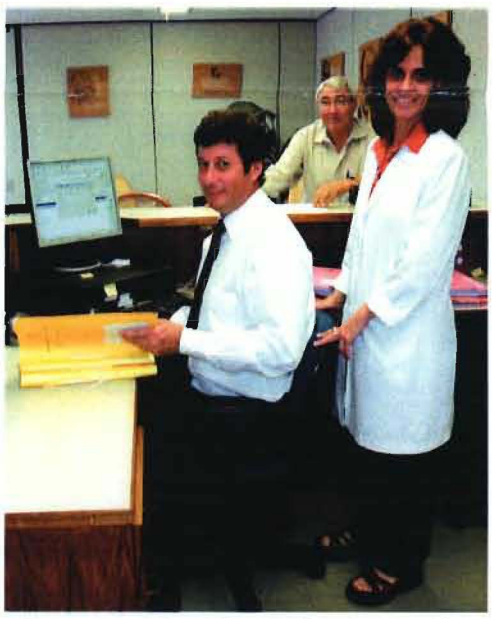
Para evitar que casos como o de Daniel se multipliquem, o STJ criou o Comitê de Ergonomia para prevenir doenças relacionadas ao trabalho e criar entre os servidores uma cultura de cuidado com a saúde. O Comitê faz parte do Programa Bem-estar do Servidor e é um dos projetos estratégicos do Tribunal.

De acordo com a idealizadora do projeto, a fisioterapeuta Marise Severo, a comissão vai identificar o que pode ser melhorado no ambiente do STJ e atuar em parceria com diferentes áreas do Tribunal. "Estamos buscando reduzir o número de queixas de dor e desconforto para melhorar a qualidade de vida do servidor", diz.

Um dos projetos vencedores do Prêmio Servidor para as Melhores Idéias 2005, o Comitê de Ergonomia nasceu de uma pesquisa realizada por Marise. O levantamento tinha como objetivo identificar problemas e orientar a postura dos servidores durante a jornada de trabalho.

A fisioterapeuta chegou a um número preocupante: 44,1% dos servidores pesquisados reclamavam de dor ou desconforto. Além disso, ela confirmou um dado recorrente em diversos países, em empresas públicas ou privadas: o de que as doenças osteomusculares são a grande causa dos pedidos de licença ou afastamento do trabalho.

E é para atuar nessa causa que a ergonomia entra no Tribunal. Mas, afinal, o que ela vem a ser? O conceito de ergonomia nasceu durante a Segunda Guerra, como uma abordagem científica que estuda o trabalho com o objetivo de adequá-lo ao profissional que o exerce. O objetivo da ciência é promover melhorias como adequação do mobiliário, orientação postural, existência de pausas e de atividades compensatórias, flexibilização de horários, possibilidade de compensação de jornadas, maior comunicação interpessoal etc.



**3ª Turma: novo local de trabalho de Daniel foi reformulado por recomendação de Marise**

Segundo o professor Mário César Ferreira, pesquisador do Laboratório de Ergonomia da Atividade, Cognição e Saúde (ECoS), do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), Ergonomia não se resume apenas em indicar qual é a cadeira mais adequada ou qual é a altura correta do computador. A ciência vai muito além do estudo do mobiliário. "Ergonomia está focada no conforto, na satisfação e no bem-estar dos funcionários, bem como o aprimoramento da eficiência e eficácia dos processos de trabalho e nas relações socioprofissionais" – completa o professor. ▪

*Ana Carolina - acalmeid@stj.gov.br*

### Dicas para seguir no trabalho

- Adote boa postura quando usar o teclado. Use uma cadeira que tenha suporte para as costas.
- Mantenha seus pés apoiados no chão ou em um suporte apropriado. Isso ajuda a reduzir a pressão sobre as costas.

- Evite girar ou inclinar o tronco ou o pescoço ao trabalhar. Itens de uso freqüente devem ser posicionados diretamente a sua frente em um anteparo para cópias.
- Mantenha seus ombros relaxados, com os cotovelos junto ao corpo.
- Evite apoiar seus cotovelos em superfície dura ou na mesa. Use pequenas almofadas se necessário.

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luisa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Projeto Gráfico:** Thais Borges • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Estagiária:** Ana Carolina Almeida • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8115 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XI - nº 21 OUTUBRO 2006

TRIBUNAL

*Com mais carros do que o número de vagas disponível a área ao redor do STJ vive o drama dos grandes centros*

# Onde estacionar?

Quem chega de carro ao STJ depois das 13h30 enfrenta um grande desafio: encontrar um lugar para estacionar. Ao redor do Tribunal existem quatro estacionamentos que disponibilizam, no total, 1.427 vagas que, segundo a Secretaria de Segurança do STJ, seriam suficientes para atender aos 3.800 servidores, 900 prestadores de serviços e 740 estagiários, pois é grande a quantidade de colaboradores que usam o transporte coletivo para ir ao trabalho.

A disputa por vagas aumentou com a transferência do Conselho da Justiça Federal para as dependências do STJ e também com a inauguração, em fevereiro deste ano, do Tribunal Superior do Trabalho. Segundo o chefe da Segurança do TST, Ariovaldo Selveira, foram construídos dois estacionamentos com aproximadamente mil vagas para atender 3.000 servidores e prestadores de serviço.

Selveira confirma o que os observadores já tinham constatado: muitos servidores do vizinho TST preferem usar os estacionamentos do STJ por serem cercados, melhor iluminados e vigiados permanentemente. "Devido a pequenos furtos, os servidores pediram vigilantes nos estacionamentos, e eles foram providenciados", informou o chefe da Segurança do TST.

O secretário de Segurança do STJ, Antônio Nascimento, explica que os estacionamentos são públicos e não há como restringir o acesso a eles.

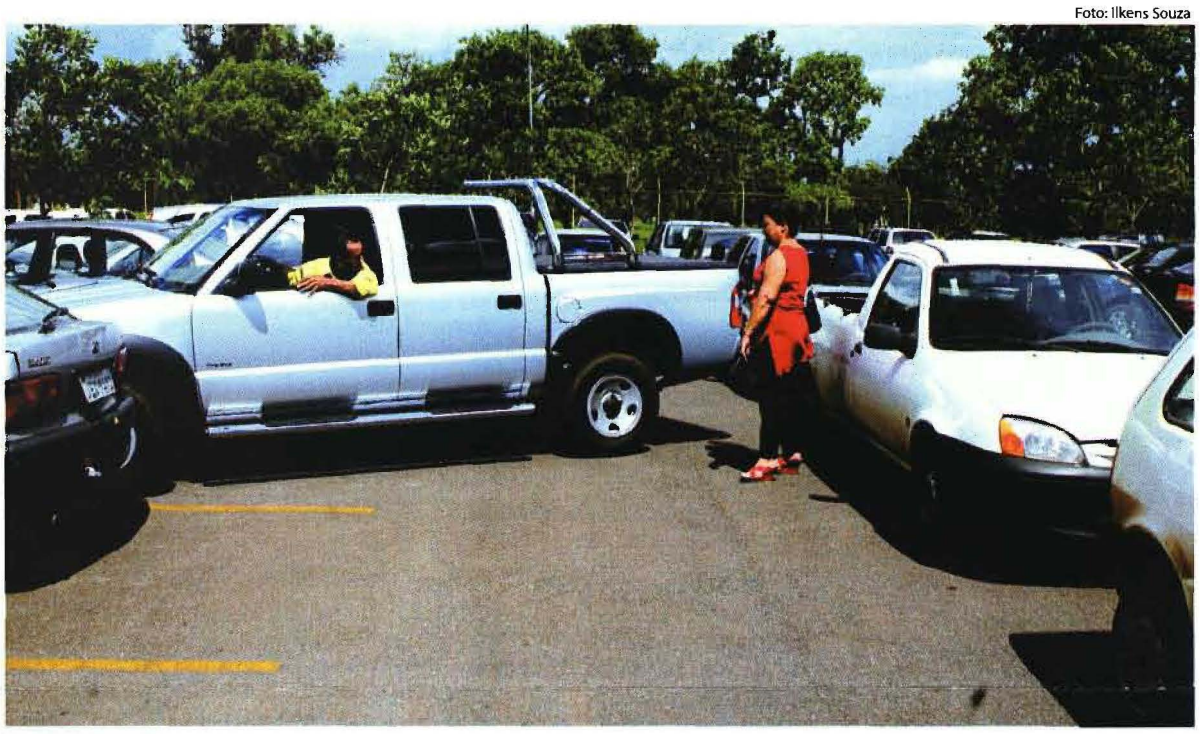
Ele acredita que muitos preferem estacionar nas imediações do STJ devido à falsa impressão de que estão resguardados contra eventuais danos ao veículo. "O fato de o estacionamento ser cercado não significa que o STJ seja responsável por danos ou furtos de veículos", alerta Nascimento.

### Solução

Para o secretário de segurança, não existe solução fácil para aumentar a oferta de vagas. "Construir estacionamentos não depende do STJ, e sim do Governo do Distrito Federal", explica. A gerente de projetos do Plano Piloto da Secretaria de Urbanismo e Preservação do GDF, Marta Coelho, informa que não há projetos para construção de novos estacionamentos nessa área. E a situação pode agravar um pouco mais com a previsão de duplicação da via acima do prédio da Taquigrafia, que vai eliminar algumas vagas.

Mas todos admitem que, a longo prazo, a situação tende a melhorar com a construção da nova sede do Conselho da Justiça Federal, prevista para o próximo ano. E, ainda mais no futuro, o projeto de construção do Tribunal Superior Eleitoral (em área próxima) prevê a criação de estacionamento com número de vagas superior à sua demanda. Quando isso ocorrer, Marta Coelho prevê um desafogo na atual sobrecarga dos estacionamentos do STJ.

Foto: Ilkens Souza



**Haja paciência: motoristas improvisam vagas na fila do meio e dificultam o tráfego nos estacionamentos**

### Transporte solidário pode ser alternativa

Na falta de uma solução de engenharia, os servidores podem (e devem) usar o bom-senso para contornar o problema da falta de estacionamento. Aqueles que moram em localidades próximas e trabalham no mesmo horário podem encher o carro de colegas e se revezarem ao longo da semana.

Adepto da prática do transporte solidário há dez anos, o vigilante Cássio Gadili Cordeiro, morador de Planaltina, faz transporte coletivo com três colegas. "Com isso, dividimos os custos de combustível e evitamos um desgaste dos veículos" – conta Cássio.

Além de contribuir para aliviar a lotação dos estacionamentos e reduzir os gastos com combustível, a iniciativa é ambiental e socialmente saudável: implica menor emissão de gases poluentes na atmosfera e reduz o número de veículos nas ruas, diminuindo os riscos de acidentes.

Para quem não considera o revezamento uma alternativa viável, o STJ oferece transporte coletivo para as cidades-satélites e para a rodoviária. Os interessados podem consultar os horários e as linhas disponíveis na intranet, em Mais links, Administração e Transportes.

### Exemplo de sucesso: carona institucionalizada

Algumas empresas e escolas de São Paulo adotaram um software gratuito, desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado, que permite o cadastramento de pessoas de uma mesma comunidade interessadas em formar grupos de carona. O programa cruza dados de itinerários através do CEP, define as compatibilidades de trajeto e fornece, inclusive, a descrição do perfil dos candidatos – com detalhes que incluem se são ou não fumantes, hobby preferido, horários etc. Cada usuário recebe uma listagem com as informações dos cadastrados que percorrem o mesmo trajeto, facilitando a formação de grupos de carona. ▪

*Ana Carolina - acalmeid@stj.gov.br*
*Andréa Vieira - andrea.vieira@stj.gov.br*
*Cristine Genú - cristine.genu@stj.gov.br*

## Multa para quem estaciona errado

O problema crônico da falta de estacionamentos nas imediações do STJ traz mais uma preocupação para os servidores: as multas. Muitos estão "criando" vagas, principalmente em filas duplas no estacionamento, que acabam gerando multas aplicadas pelos policiais que atuam no STJ.

O secretário de Segurança, Antônio Silva Nascimento, alerta para o fato de que os estacionamentos são públicos. Então, tudo o que acontece irregularmente, e que esteja comprometendo o trânsito, é passível de penalidade. "Não temos como gerenciar o problema. A polícia militar está cumprindo o seu papel. Por isso, a orientação é evitar o estacionamento irregular, que é uma infração", alerta Nascimento.

Segundo o secretário, o uso do selo de identificação nos carros é um fator positivo. Os donos de muitos veículos estacionados irregularmente e que seriam multados foram avisados e puderam retirá-los antes da ação da Polícia Militar. "Temos com a PM um trabalho de prevenção. Se o policial verificar um carro estacionado irregularmente, notifica-nos antes de multá-lo. Se ele estiver com o selo, entramos em contato com o servidor", avisa Nascimento.

Para a Secretaria de Segurança, o pior horário para encontrar vagas nos estacionamentos é de 13h30 às15h00. "A situação se complica mais nos dias de julgamento no Tribunal. Nossa orientação é para que os servidores possam buscar alternativas de transportes ou chegar mais cedo". ▪

### Pró-Ser tem nova coordenação

Ednalva Aparecida Ferreira assumiu no último dia 17 de outubro a Coordenadoria de Benefícios, o Pró-Ser. Ednalva ingressou no STJ há quase doze anos como Analista Judiciária, na Área de Apoio Especializado – Contadoria. Antes de assumir a coordenação do Pró-Ser, era coordenadora de Orientação e Acompanhamento da Gestão de Pessoal. ▪

### Adiantamento de remuneração de férias

Ao solicitar as férias, o servidor pode pedir também o adiantamento de salário. Assim é possível receber, além da remuneração normal e do adicional de 1/3 de férias, mais um adiantamento equivalente ao salário bruto descontados os auxílios, Plano de Seguridade Social e os descontos facultativos, como empréstimos consignados. O desconto de IR sobre o adiantamento assusta, em princípio, mas ele será totalmente devolvido ao servidor, nos dois meses subseqüentes. O valor do adiantamento é descontado em duas parcelas iguais, e o IR é creditado também em duas parcelas iguais. Lembre-se: esse adiantamento é opcional e deve ser solicitado. Fique atento para não solicitá-lo sem perceber. ▪

### Óculos e lentes – reembolso maior

O Pró-Ser aumentou o valor do reembolso de óculos e lentes de contato. A tabela não era alterada desde 2004 e, além dos novos valores, traz outra novidade: a inclusão no benefício das lentes especiais de resina de alto índice, para atender aos servidores que precisam de lentes com grau muito elevado.

O reajuste foi significativo para armações, lentes convencionais, esféricas, bifocais, multifocais e de contato. O valor do reembolso das armações saltou de R$ 165, 00 para até R$ 400,00. Lentes multifocais, que podiam ser ressarcidas em até R$ 312,00, tiveram o valor de reembolso aumentado para até R$ 560,00.

Vale lembrar que, para aquisição de alguns tipos de lentes, o servidor deverá apresentar relatório médico justificando a necessidade. ▪

ECONOMIA

*Há muitas opções para quem quer investir o dinheiro que sobra das despesas*

# Ele pode render mais

**Colocar dinheiro na** poupança é o investimento básico da maioria, mas não é o mais rentável para quem quer aplicar melhor o dinheiro que sobra no final do mês. Mas no meio de tantas opções, como não perder dinheiro?

Um dos primeiros passos é conhecer o próprio perfil. Segundo o gerente da agência do Banco do Brasil no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Roberto Costa Guerra, existem três perfis básicos: o agressivo ou arrojado, o moderado e o conservador. "O primeiro é o que corre os maiores riscos. O conservador é o contrário. Contenta-se com uma taxa de retorno baixa em troca de muita segurança", explica o gerente. O moderado seria um intermediário entre os dois.

Para ele, investimentos de mais risco, como ações, são desaconselhados para quem está começando, pois exigem um alto nível de conhecimento. Já o presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário no Distrito Federal e Ministério Público da União (Credisutri), Miguel Ferreira, alerta que é importante que os pequenos investidores prestem atenção nas taxas de administração cobrados pelas instituições financeiras e impostos. "O que muitos gerentes de banco não explicam é que, dependendo do valor do investimento, você pode perder dinheiro", destaca Ferreira.

Ferreira aconselha fundos de renda fixa para os iniciantes. "Esses fundos garantem uma rentabilidade maior do que a poupança e são bastante seguros", salienta. Tanto Guerra como Ferreira aconselham aos novos investidores que comecem com aplicações de prazo mais curto, de seis meses a um ano. "Todo investimento tem pelo menos três grandes fatores a ser levados em conta: o tempo que se vai investir, o risco de se investir e rendimento desse investimento", comenta Guerra.

Um conselho para quem começa a investir e colocar pequenos valores em mais de uma opção é acompanhar o resultado. É o que faz Nélio Ferreira de Oliveira, técnico legislativo do Senado Federal, que acredita ser necessário sangue-frio para ganhar dinheiro. "Normalmente coloco dinheiro em três ou quatro fundos diferentes e acompanho por cerca de uma ano. Os que se mostram mais lucrativos são onde eu deixo o dinheiro", explica Nélio.

Na opinião dele, muitos perdem dinheiro porque ficam preocupados demais com o sobe desce diário do mercado, mas com um pouco de paciência é possível recuperar eventuais perdas. Nélio, que participa do site "Comunidade Fundos", afirma que é importante determinar um limite de perdas, no estilo "Stop Loss". "Além desse limite, a pessoa tira da aplicação para evitar prejuízos", pondera. Para ele uma boa taxa de retorno para pequenos investidores seria algo em torno de 20% ao ano. ▪

*Fabrício Azevedo - fcortes@stj.gov.br*

## Recomendações básicas

1) Vale a regra: "Se parece bom demais para ser verdade, deve ser mentira". Se um investimento promete altos retornos sem nenhum risco, infelizmente, deve ser trapaça.

2) Se você vai tentar um investimento de risco mais alto, tenha em mente a possibilidade de perder. Portanto só use dinheiro que você pode perder.

3) Estude. Antes de tentar um tipo de aplicação leia sobre ela, procure pessoas que já a utilizaram, fale com um consultor de investimentos ou com um gerente de banco.

4) Seja paciente. Às vezes é melhor um investimento que renda menos por um longo tempo do que um que renda muito de uma vez só e perca tudo depois.

5) Tenha um objetivo (como ganhar o bastante para um apartamento ou comprar um carro). Isso evita a tentação de tirar o dinheiro da aplicação para compras, viagens, etc.

COMUNICAÇÃO

# Um dos melhores do país

Foto: Ilkens Souza

O jornal interno do STJ, o Informe-se, foi finalista do mais importante prêmio de Comunicação Corporativa do país, promovido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). Concorrendo na categoria boletim interno pela região Centro-Oeste/Leste – que inclui 15 estados – o Informe-se foi considerado o segundo melhor trabalho.

Esta é a primeira vez que um produto desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social do STJ alcança tal reconhecimento pela Aberje que, geralmente, premia grandes corporações e empresas públicas com grande investimento em atividades de divulgação, publicidade e a relacionamento com a mídia.

Outros cinco trabalhos desenvolvidos pela Secretaria estarão concorrendo em uma outra importante premiação: o 4º Prêmio Nacional Comunicação&Justiça.

O Informe-se foi criado em 1995 com a missão de promover uma maior integração entre os diversos setores do Tribunal. Nos seus 11 anos de existência, apesar das diversas mudanças de gestões na Casa, o jornal nunca mudou de nome nem deixou de circular.

Em abril de 2005, o Informe-se passou por uma reformulação gráfica e editorial, o que permitiu que a publicação ficasse mais atraente e com informações mais úteis ao dia-a-dia dos servidores. Foi justamente esse novo projeto do Informe-se que concorreu como finalista no Prêmio Aberje 2006. ▪

*Redação - informe-se@stj.gov.br*

SAÚDE

*Em busca de maior qualidade de vida, alguns servidores chegam a superar os limites do corpo*

# Fôlego de dar inveja

**No início deste ano,** a servidora Amália Ribeiro recebeu um diagnóstico de fibromialgia (doença caracterizada por dor crônica que migra por vários pontos do corpo e se manifesta especialmente nos tendões e nas articulações). O tratamento indicado pelos médicos foi a prática de exercícios físicos regulares e intensos. Amália, que já era adepta do enduro eqüestre para amenizar os efeitos de uma osteoporose, trocou as cavalgadas pela corrida. Adaptou-se tão bem à nova modalidade que, em apenas seis meses de treinamento, tornou-se maratonista.

Foto: Arquivo pessoal

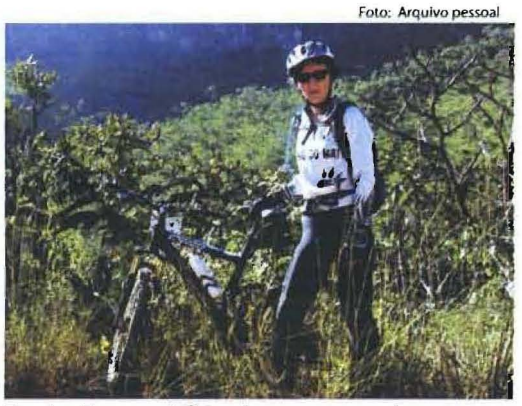
**Meia-maratona do Rio: Amália entra na reta final da corrida**

Amália está se preparando para a terceira competição. Completou, em setembro, os 21 quilômetros da meia-maratona do Rio de Janeiro sem perder o fôlego, e treina para percorrer a mesma distância na Volta da Pampulha, tradicional prova de final de ano da capital mineira.

Mais feliz, mais magra e cheia de novos amigos, Amália diz que mudou de postura diante da vida depois de adotar uma rotina mais ativa e saudável. Ela sua a camisa durante 40 minutos de segunda a sábado, correndo oito quilômetros por dia e conta: "Isso melhorou muito o meu astral, minha disposição no trabalho e o relacionamento com as pessoas".

Empolgada com a possibilidade de testar os limites do corpo também está a servidora Denise Sene. Aos 43 anos, ela vai participar de uma corrida de aventura com sete dias e seis noites de duração. Única mulher de uma equipe de quatro participantes, ela vai ter de correr, pedalar, remar, fazer *rafting* e escalada para tentar levar o prêmio da *Ecomotion* – uma competição internacional que vai reunir amantes do esporte e da natureza em Angra dos Reis entre os dias 12 e 18 de novembro.

Foto: Arquivo pessoal


**Denise Sene: paixão pelo esporte e pela natureza**

Denise é veterana em desafios físicos. Adotou a corrida há sete anos e, o ciclismo, há dois. "Pratico esportes para aliviar o estresse, mas como sempre gostei de atividades físicas e do contato com a natureza, acabei me tornando uma atleta recreacional", diz.

As duas servidoras contam com o incentivo e a torcida de familiares, amigos e colegas do Tribunal, mas já se consideram vitoriosas. "O importante mesmo é a tentativa de superar os próprios limites", conclui Denise. ▪

*Redação - informe-se@stj.gov.br*

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Reginaldo França • **Projeto gráfico e diagramação:** Thaís Borges • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano II - nº 22 NOVEMBRO 2005

CIDADANIA

# O Tribunal da democracia racial

*STJ celebra um ano do convênio com a UnB para recebimento de estagiários cotistas da instituição*

Na mesma semana em que o Brasil celebra o "Dia Nacional da Consciência Negra" – homenagem ao histórico líder Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695 –, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) comemora um ano de uma iniciativa única na promoção da integração social dos negros brasileiros. É o convênio entre o Tribunal e a Universidade de Brasília (UnB) para o oferecimento de estágios aos estudantes que ingressaram na instituição por meio do sistema de cotas.

O acordo foi celebrado entre o reitor da UnB, professor Timothy Mulholland, e o então presidente do STJ Edson Vidigal. O primeiro estudante cotista a se beneficiar do convênio foi Marcelo Silva do Nascimento, graduando de Biblioteconomia que está estagiando na Seção de Atendimento e Empréstimo da Biblioteca.

Depois dele, o STJ chegou a ter outros 17 cotistas estagiando. O número atual é 14. Pelo convênio inicial, estava previsto o oferecimento de 40 vagas de estágio. "Estamos trabalhando para conscientizar as unidades para pedir cotistas. Aos poucos, vamos cumprir a meta inicial", diz Solange da Costa Rossi, coordenadora de Provimento e Informações Funcionais do STJ.

Segundo Jacques Jesus, assessor de Diversidade e Apoio aos Cotistas da UnB, a instituição também tem tido alguma dificuldade de encaminhar os estudantes cotistas. "A demanda do STJ é maior por estudantes de Direito. Os interessados que nós tínhamos já foram encaminhados. Seria interessante que fossem oferecidas vagas para outras carreiras acadêmicas", explica.

Apesar de não ter atingido ainda a meta prevista, nenhum especialista ouvido pelo *Informe-se* tem dúvidas sobre a relevância e sucesso do convênio STJ-UnB. "É fundamental que uma instituição dessa importância reconheça a necessidade de um apoio específico às ações afirmativas. Os estudantes acabam ganhando financeiramente, o que os ajuda a permanecer na universidade. Há ganhos acadêmicos e profissionais, já que a experiência de trabalho num tribunal superior conta muito para o currículo deles", afirma Jacques Jesus.

O professor de Antropologia José Jorge de Carvalho, um dos maiores defensores das cotas no Brasil e autor do projeto que entrou em vigor na UnB, classifica a iniciativa do STJ como a "parte que faltava" para consolidar a política de inclusão racial na universidade. "O processo de integração dos negros é muito amplo. As cotas funcionam apenas como um motor. Não pode ser a única medida. A iniciativa do STJ é fundamental porque encaminha os alunos, dá-lhes oportunidade de adquirir experiência para ingressar na vida profissional", explica.

### Oportunidade

Depois de tentar três vezes o vestibular convencional para Sociologia na UnB, Raquel Conceição Reis, 28, decidiu que tentaria entrar na universidade pelo sistema de cotas. Acabou tirando o primeiro lugar entre os cotistas para o curso de Arquivologia. "Minha nota era suficiente até para passar sem cotas, inclusive no curso de Sociologia", conta.

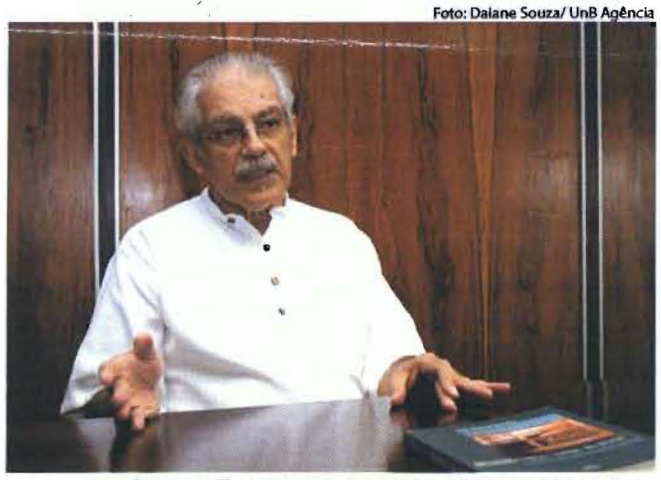
Atualmente no 5º semestre do curso, Raquel descobriu o convênio com o STJ no website da UnB. Acabou aceita pela Seção de Documentos Administrativos, onde estagia desde agosto. Ela elogia a forma democrática de seleção. "O convênio dá oportunidade para todos porque não é feito a partir de indicação", diz.

Foto: Ilkens Souza

Mais do que experiência profissional: Raquel e Welandro vêem o estágio como estímulo para continuar os estudos

A estudante vê na bolsa de R$ 600 um grande estímulo para permanecer na universidade, já que o dinheiro custeia suas despesas de transporte – tem de vir de ônibus todos os dias de Sobradinho -, alimentação e com materiais de estudo. Além disso, Raquel acredita que está tendo uma excelente experiência profissional. "Muitas instituições não vêem seus arquivos como algo importante. Acreditam que qualquer um pode fazer o trabalho. Aqui no STJ, a atividade é vista como algo profissional", avalia.

Foto: Daiane Souza/ UnB Agência



José Jorge de Carvalho: "convênio entre a UnB e o STJ ajuda a consolidar a política de inclusão racial na universidade"

Morador de Ceilândia Sul e estudante do 3º semestre de Administração, Welandro Damasceno Ramalho, 20, foi o segundo cotista da UnB a se beneficiar do convênio com o STJ. Está aqui desde fevereiro. Tanto o fato de estudar gratuitamente na universidade como o de receber a bolsa do Tribunal ajudam muito a família do estudante. Sua mãe, servidora pública, tem de arcar com os estudos de seus dois irmãos, que estão em faculdades particulares. "O salário dela vai quase todo nisso", conta.

O dia de Welandro é longo. Acorda às 5h30 e às 6h30 já está no ônibus rumo à UnB. Faz disciplinas pela manhã, noite e até aos sábados. "Além do apoio financeiro, o estágio no STJ tem uma flexibilidade que me permite cursar mais disciplinas", diz. O estudante, que pretende ficar na Casa por três anos, elogia a iniciativa do Tribunal. "É um passo importante para chegarmos a um modelo ideal de inclusão racial nas universidades", afirma.

A coordenadora Solange Rossi trabalha diretamente com Welandro. Ela não poupa elogios a ele nem aos demais cotistas da instituição. "O Welandro é um dos melhores estagiários que temos. Os cotistas são estudantes como quaisquer outros e o desempenho deles não deixa nada a desejar", diz.

### Exemplo

O convênio entre o STJ e a UnB, de acordo com a própria universidade, é o único já firmado nesses moldes. Solange Rossi destaca a importância do pioneirismo do Tribunal. "Queremos servir de exemplo para que outros órgãos do Judiciário e também dos outros poderes tomem a mesma iniciativa", diz.

O sistema de cotas foi implantado na UnB em 2005. Atualmente, 1,8 mil estudantes afro-descendentes estão na graduação da instituição. A meta da universidade é, até 2014, ter 20% de cotistas no seu corpo discente de maneira permanente. Outras 24 universidades públicas de todo o país também já aderiram ao sistema de cotas.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) do IBGE divulgada no último dia 20/11 informam que o número de negros nas universidades brasileiras vem crescendo desde 1995. Em 2005, esse contingente chegou a 30% da população universitária do país – 10 anos antes esse índice era de 18%. Além da política de cotas, a gigantesca expansão do ensino superior privado e programas de bolsas, principalmente o ProUni, contribuíram na melhoria dos indicadores do acesso dos afro-descendendes às universidades.

A política de cotas poderá ser institucionalizada em todas as universidades públicas do país caso o projeto de lei 73/1999 seja aprovado no Congresso Nacional. A proposta, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, além das cotas para negros, também garante vagas para indígenas nas instituições financiadas publicamente. ▪

*César H. Arrais - carrais@stj.gov.br*

*Acervo artístico do STJ cresce em razão da doação de obras expostas no Espaço Cultural*

# Arte em todo lugar

Não é apenas pela arquitetura moderna projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é um expoente de arte. Espalhadas por gabinetes, coordenadorias e recepções dos mais variados setores do Tribunal estão cerca de 150 obras catalogadas pelo Museu do STJ. São pinturas, gravuras e esculturas de artistas brasileiros e estrangeiros, algumas herdadas do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), mas a maioria doada em razão do uso do Espaço Cultural do STJ.

Estabelecida no edital que seleciona os artistas interessados em realizar exposições no Espaço Cultural, a doação de uma obra para mostras individuais e de duas para mostras coletivas está rendendo ao STJ um acervo invejável. A servidora Silvia Franco, integrante da equipe que organiza as exposições, conta que, desde 2001, o Tribunal passou a exigir a doação como contrapartida pelo cessão do Espaço Cultural. "Nossa intenção foi revitalizar o acervo artístico do STJ", revela a servidora. O Espaço Cultural STJ já produziu 52 exposições gerando 55 doações para o acervo permanente do STJ. Esse sistema é adotado também por outros órgãos públicos que cedem espaços para exposições artísticas.

No entanto, por estarem diluídas nos mais de 138.670 m² do Tribunal, muitas vezes as obras de arte passam despercebidas. Por isso, a equipe do Museu do STJ estuda realizar, no próximo ano, uma seleção das principais obras espalhadas pelo Tribunal e promover uma mostra aberta aos públicos interno e externo. Será uma oportunidade única de ter contato com um patrimônio artístico ainda não descoberto pelos servidores.

Dentre os vários artistas que chegaram ao Tribunal, destacam-se nomes como Wesley Duke Lee, um dos precursores da pop-arte no Brasil; Tomie Otake, a dama das artes plásticas brasileira, e o pintor italiano radicado no Brasil Alfredo Volpi. Os setores que desejarem abrigar obras artísticas doadas ao Museu para decorar seus ambientes podem se inscrever para recebê-las com os servidores Ricardo Cavalari ou Silvia Franco, nos ramais 8583 e 8460. ▪

*Sheila Messerschmidt*

Foto: Ilkens Souza

**Alfredo Volpi (1896-1988)**

**Obra: Fachada**

**Localização:** Gabinete da Ministra Eliana Calmon

Nasceu na Itália e emigrou com a família para São Paulo em 1897. Sua pintura caracteriza-se, até 1930, pela aproximação naturalista das formas e cores. Entre 1939 e 1941 acompanha a esposa durante uma grave doença e revê sua obra e suas concepções. A tensão possibilitou a Volpi uma liberdade gestual que imprimiria uma nova dinâmica à sua obra, rumando para o abstrato em que as composições eram compreendidas em termos de cores, linhas e formas. Em 1950, substitui gradativamente o óleo pela têmpera. Inicia uma fase construtivista que, em 1960, transforma-se em esquemas óticos e vibráteis de cores que remetem a fachadas ou às famosas bandeirinhas. Críticos costumam dizer que a trajetória de Volpi foi extremamente pessoal. Ele foi moderno e atual, sem importar-se com rótulos.

Foto: Ilkens Souza

**Wesley Duke Lee**

**Obra: Ensaio filosófico visual "Minha Viagem à Grécia no Helicóptero de Leonardo Da Vinci"**

**Localização:** Gabinete da Vice-presidência

É um dos precursores da pop-arte no Brasil. Iniciou-se nas artes plásticas em 1951. Estudou em São Paulo, Nova York e Europa. Em 1960, instalou-se definitivamente em São Paulo. Considerado excelente desenhista, embora seja um artista que sempre se valeu dos mais diversos meios e materiais para se expressar (do nanquim à pintura por computador), Duke Lee foi um dos impulsionadores do movimento de renovação da arte contemporânea brasileira. Em 1964, passa a integrar o movimento internacional PHASES, também com tendências surrealizantes. Sua arte está ligada à informação norte-americana, ao movimento da pop-arte e é marcada pela necessidade do artista de perceber o inconsciente, já que a arte, para ele, é um contínuo processo de autoconhecimento.

Foto: Ilkens Souza

**Tomie Ohtake**

**Obra: Desafios da forma (gravura)**

**Localização:** Gabinete do Ministro Francisco Falcão

É considerada a dama das artes plásticas brasileiras e tem um estilo único que agrega força e suavidade. Nascida no Japão, Tomie chegou ao Brasil com 23 anos, para visitar um irmão em São Paulo. Os acontecimentos que levaram à Segunda Guerra Mundial acabaram estendendo sua estada, que se tornou definitiva. Ela só começou a pintar aos 40 anos, construindo uma trajetória como poucos artistas brasileiros conseguiram. Nos anos 60, naturalizou-se brasileira e amadureceu sua pintura abstrata. Os críticos dizem que a sua capacidade de renovação está expressa nas diferentes fases de sua pintura e nas suas composições de gravura e escultura. Realizou diversas obras públicas, como a escultura Estrela do Mar, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro; a escultura em homenagem aos oitenta anos da imigração japonesa no Brasil e painéis para o Memorial da América Latina. Em 2000, foi inaugurado, em São Paulo, o Instituto Tomie Ohtake.

Tribunal

# Boas idéias reconhecidas

A iniciativa para melhorias no ambiente e na eficácia do trabalho compete a quem se preocupa com a qualidade dos serviços prestados. É o que prova a quinta edição do Prêmio do Servidor, que teve ao todo 48 trabalhos inscritos em três categorias.

A dupla Ana Maria Costa e Pedro Rocha Júnior alcançou o primeiro lugar na categoria "Inovações Tecnológicas e Metodológicas", com a proposta "Exame Periódico Odontológico (E.P.O.)". Depois de observar a condição bucal dos servidores que freqüentam o serviço odontológico do STJ, eles perceberam a necessidade de uma otimização na conduta adotada pela unidade. O E.P.O. tem como objetivo pesquisar as afecções bucais para que se possa traçar um perfil da condição odontológica dos servidores e será fundamental para o diagnóstico precoce das doenças.

Foto: Ilkens Souza

**Ana Maria e Pedro são premiados por proposta de saúde bucal preventiva**

Na categoria "Melhoria do Ambiente Organizacional", o ganhador foi Joel Solon de Azevedo. Ele propôs que seja criado o "Banco de Idéias", um registro permanente de soluções que serão analisadas periodicamente por uma equipe multidisciplinar composta por servidores de todas as áreas do STJ. A idéia surgiu devido ao fato de o atual programa com essa finalidade só acontecer uma vez por ano, o que poderia causar a perda de idéias valiosas. O Banco de Idéias não exigirá custos financeiros, pois os ganhadores não serão premiados com dinheiro.

"Julgamentos Vinculados à Ordem Cronológica" foi o que propôs o servidor Edson Santos da Silva, na categoria "Responsabilidade Social". A proposta de Edson consiste em vincular a pauta de julgamento à ordem cronológica de entrada do processo, observando-se a data da petição inicial na instância de origem. Peculiaridades como processos de idosos, liminares, menores e outras preferências legais e regimentais continuariam tramitando da forma usual.

Os ganhadores receberam prêmios no valor de R$ 3.500,00. Os projetos vencedores em 2005 foram inseridos no Planejamento Estratégico deste ano. O Comitê de Ergonomia, a página do Estagiário na Intranet e a Cartilha Básica de Direito já estão entre as medidas que serão adotadas para otimizar os serviços da instituição. ▪

*Rosiene Assunção - rosiene@stj.gov.br*

Comunicação

# Campanha de preservação de livros conquista prêmio

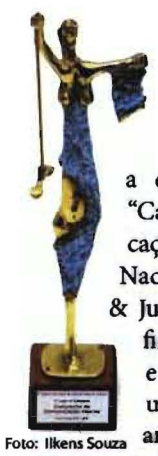


Foto: Ilkens Souza

A campanha que divulgou a preservação de livros da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva foi a campeã na categoria "Campanha de Comunicação Interna" do Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça. Também foram finalistas o *Informe-se* e a campanha Contrate um Estagiário Especial, ambos classificados em segundo lugar.

O Prêmio é promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça (FNCJ), entidade que reúne cerca de 200 assessores de comunicação de todo o Judiciário, Ministério Público e entidades afins. A filiação do STJ ao FNCJ foi uma ação planejada no âmbito da Política de Comunicação Social, projeto estratégico da atual gestão, para conquistar o reconhecimento mútuo e promover a troca de experiências com as demais entidades da Justiça.

Para o presidente do STJ, ministro Barros Monteiro, o prêmio é um merecido reconhecimento à seriedade com que o Tribunal tem tratado a Comunicação. "Ficamos muito honrados e felizes com o estímulo dado a um trabalho competente e preocupado, acima de tudo, com o interesse público, a cidadania, a ética e a instituição como um todo", celebrou.

Além das premiações, o Tribunal conquistou uma vaga na diretoria da associação e apresentou a pesquisa de comunicação e opinião realizada no início do ano em todo o País. O trabalho da Comunicação do STJ foi reconhecido pela plenária do Fórum, que indicou o tema Comunicação e Planejamento Estratégico como o central da programação científica do próximo congresso, em novembro. ▪

*Murilo Pinto - laureano@stj.gov.br*

**Informe-se • Jornal da Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretário-geral da Presidência:** Ana Luisa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mail Lúcia Del Fiaro • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XI • nº 23 DEZEMBRO 2006

EDUCAÇÃO

*Cerca de 350 servidores e terceirizados já concluíram os níveis básico e médio de escolarização.*

# Ano novo com diploma

**Que estudar é importante** para o crescimento intelectual e profissional, todo mundo sabe. Mas, como podemos compatibilizar trabalho e estudo? Como achar tempo para isso? Os servidores e terceirizados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) têm a oportunidade de estudar no local de trabalho, com material didático fornecido pela Casa. O Programa de Escolarização Supletiva foi iniciado em 2000 e já formou 350 alunos nos cursos de nível fundamental, médio e alfabetização. Atualmente o curso tem quatro turmas, com 120 inscritos.

A coordenadora do programa, Noemia Gomes de Oliveira, explica que até 2000 as aulas eram dadas no STJ, mas não havia certificação e os alunos tinham de fazer as provas fora do Tribunal. Os índices de aprovação nesse sistema eram mais baixos. "A partir de 2001, em convênio com o Sesi, passamos a acompanhar todo o processo e finalizamos com a certificação", explica. Segundo a coordenadora, isso gerou uma melhoria da qualidade de ensino.

Foto: Sandra Fado

**Esforço e cansaço recompensados: a turma de ensino básico e a professora Sandra (de blusa verde) vêem no programa um motivo de orgulho para o STJ**

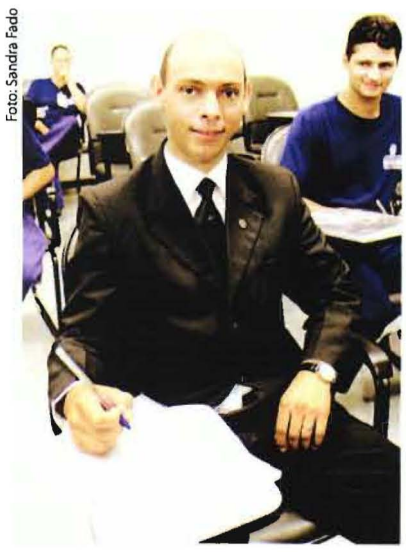
### Matéria preferida

Um dos alunos que se forma em 2007 no nível médio é Dagoberto Gomes Lima, do serviço de segurança. Para ele, apesar do ensino ser corrido por ser um curso acelerado, é possível tirar um bom proveito. "O material didático é muito bom e, para quem se esforça de verdade, é possível aprender muito em pouco tempo", explica. Para ter o material, os alunos pagam apenas uma taxa simbólica. Dagoberto conta ainda que não gostava de português, mas hoje é sua matéria preferida. "É a base de tudo. Antes eu era do tipo que escrevia cabeça com 'ss'", confessa.

Já para Maria Núbia, outra dos formandos de 2007, todas as matérias são importantes. "Depois que começamos a entender, você começa a gostar", comenta. No STJ há quatro anos, Maria Núbia conta que parou de estudar há 18 anos, no 5º ano do ensino básico. Graças ao programa, ela agora vai completar o ensino médio. "Meus filhos mais velhos acharam até que eu não conseguiria mais aprender, mas o mais novo me estimulou", comenta.

Segundo Dagoberto, não seria possível para ele estudar fora do STJ. O segurança mora no entorno e trabalha das 12h às 22 h. O terceirizado Hermilton Silva também teria o mesmo problema. "Seria muito cansativo estudar fora do STJ e alguns lugares perto de onde eu moro são perigosos", diz. Além do conhecimento, ele acha que o curso é positivo pela convivência com os colegas. "Acho que todos os órgãos públicos deveriam ter esse tipo de iniciativa", opina.

Foto: Sandra Fado



**Por causa do horário de trabalho, o segurança Dagoberto Lima não poderia estudar fora do STJ**

Uma das orientadoras do curso é Sandra dos Santos, aluna de Letras e responsável pelas aulas de História e Português. Para ela, mesmo com o tempo curto e com o cansaço do trabalho, o curso tem obtido resultados muito bons. "Tenho 32 alunos na minha turma e é gratificante ver o esforço que eles fazem. Muitos já têm uma certa idade e deixaram de estudar há muito tempo. Mesmo assim, eles fazem um grande esforço". Ela acredita que o programa é um motivo de orgulho institucional para o STJ. "Um ponto que acho importante é que o ensino é oferecido não só para servidores, mas também para os terceirizados. Muitas vezes são eles os que mais precisam desse reforço na educação", destaca.

Outra questão que ela ressalta no programa é a disciplina. "Para muitas pessoas, especialmente depois de certa idade, é difícil manter a disciplina e a concentração em sala de aula. Por isso somos muito diretos nesse ponto desde o primeiro dia e os resultados têm sido muito bons", explica. Para Sandra, isso também traz muitos benefícios para a postura dos alunos no trabalho.

Além das matérias convencionais de cursos supletivos, o Programa de Escolarização realiza outras atividades, como a visita a centros culturais. "Queremos que os participantes façam mais do que acumular conhecimentos, que tenham também um aprimoramento cultural", explica a coordenadora Noemia Gomes. Entre outras, já foram visitadas várias exposições no Centro Cultural do Banco do Brasil e no Museu de Valores, localizado no Banco Central. ▪

*Fabrício Azevedo - fcortes@stj.gov.br*

| Nível | Turmas concluídas | Inscritos | Concluintes | Em andamento |
|---|---|---|---|---|
| Fundamental | 5 | 160 | 113 | 1 turma/34 inscritos |
| Médio | 3 | 101 | 83 | 3 turmas/86 inscritos |
| Alfabetização | 4 | 95 | 91 | |
| Preparatório | 4 | 84 | 63 | |
| **Total** | 16 | 440 | 350 | 120 |

*Exame Periódico de Saúde demonstra redução dos casos de enfermidades, obesidade e hipertensão*

# Servidores mais saudáveis

**Os servidores e magistrados** do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal têm um compromisso a mais no mês do aniversário – é o Exame Periódico de Saúde (EPS), coordenado pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS). Para os servidores e magistrados que têm até 50 anos, o *check up* é feito a cada dois anos. Já para os com idade a partir dos 50, deve ser feito anualmente.

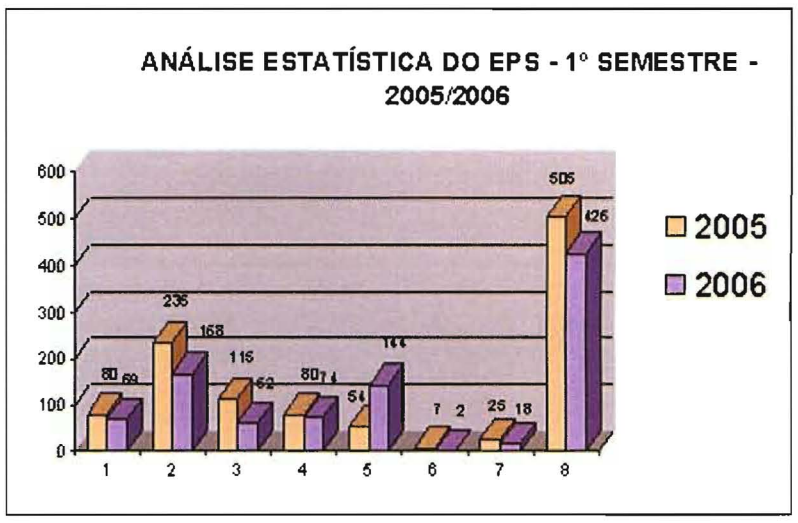
O *check up* ajuda na manutenção do bem-estar físico e mental dos servidores com o diagnóstico e o tratamento precoce de doenças identificadas e na promoção de campanhas para a prevenção e combate dos principais problemas de saúde que afligem quem trabalha.

A SIS comparou os dados dos EPS realizados no primeiro semestre deste ano com os resultados do mesmo período de 2005. A boa notícia é a redução do número de casos dos grupos referentes às doenças que, na atualidade, mais preocupam a sociedade (veja quadro ilustrativo). Os números reduzidos englobam, respectivamente, os casos de obesidade e outras formas de hiperalimentação (1), distúrbios metabológicos (2), doenças hipertensivas (3), sintomas, sinas e achados anormais de exames clínicos e laboratório (4) e neoplasias (tumores – item 6).

No primeiro semestre de 2005, o EPS apresentou 80 casos de obesidade e outras formas de hiperalimentação. Já em 2006, o número caiu para 69. A mesma redução foi apresentada no item "distúrbios metabológicos", que diminuiu de 235 para 168. Quase 50% foi o índice de redução dos casos de doenças hipertensivas, importante conquista dos servidores e da SIS! Nos primeiros seis meses do ano passado, foram registrados 115 casos de moléstias ligadas à hipertensão em contrapartida aos 62 registros feitos no mesmo período deste ano.

Também houve diminuição dos casos de diabetes mellitus (item 7) e de doenças dos aparelhos genitourinário, respiratório, digestivo, alterações da glândula tireóide e outros (8). Um exemplo marcante é a redução em 28% nos casos de diabetes mellitus e de aproximadamente 7,4% na ocorrência de neoplasias.

A pesquisa apresentou, ainda, resultados positivos com relação ao número 5 do quadro – fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde –, único item que cresceu de um ano para o outro. Segundo a equipe responsável pelo EPS, o crescimento "mostra-se extremamente positivo, visto que se explica pelo aumento expressivo no número de exames gerais de rotina nos quais o servidor, após o exame médico, não apresenta quaisquer anormalidades".




**Qualidade de vida**

Apesar dos resultados positivos, a pesquisa da SIS demonstra que ainda prevalecem, embora reduzidos, os casos de doenças ligadas à obesidade, aos distúrbios metabólicos, à hipertensão e ao aumento da glicemia. "Essas enfermidades apontadas nos dados estatísticos, quando não devidamente tratadas, podem desencadear manifestações biológicas mais sérias e complexas no estado de saúde", alerta a equipe da SIS.

Para que o processo de redução das enfermidades continue obtendo sucesso, a SIS vai utilizar os dados coletados pelo EPS para subsidiar suas ações, com o objetivo de promover a melhor qualidade de vida de seus clientes.

Alguns exemplos de programas preventivos e educativos são o "STJ de Olho na Balança", que visa à diminuição dos quadros de obesidade, hiperalimentação e distúrbios metabólicos, e o "Programa de Gerenciamento do Estresse", que pretende auxiliar os servidores a identificar e administrar as situações que causam o estresse no cotidiano.

Outra importante ação da SIS é o "Programa de Atenção ao Diabético", com atividades de prevenção e tratamento direcionadas aos servidores ativos do STJ e do CJF portadores dessa doença. O programa é desenvolvido por uma equipe multidisciplinar. ▪

*Elaine Rocha - elaine@stj.gov.br*

SAÚDE

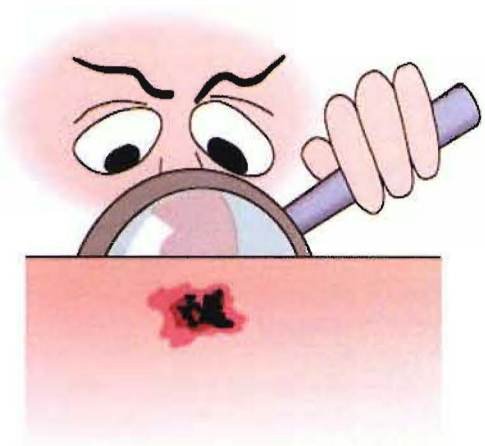
*Dermatologista identifica lesões graves de pele em 40% dos servidores atendidos*

# Campanha detecta câncer

**O balanço da Campanha** de Prevenção contra o Câncer de Pele realizada em novembro surpreendeu a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS). Foram atendidas 34 pessoas, entre as quais foi diagnosticado um caso de câncer, imediatamente encaminhado para cirurgia; cinco casos de lesões pré-cancerígenas, já encaminhados para tratamento; e identificadas sete pessoas com lesões que requerem observação clínica de seis em seis meses.

De acordo com a dermatologista Luciana Vasconcelos, que realizou as avaliações nos dias da campanha, é um resultado significativo levando em consideração que quase 40% das pessoas atendidas tinham problemas sérios com a pele.

O câncer de pele ocorre com maior freqüência em pessoas com mais de 40 anos, mas 80% dos danos causados à pele pelo sol ocorrem antes dos 20 anos de idade. Maurício Cardoso, funcionário da Coordenadoria de TV do STJ, sentiu na pele os efeitos de anos de exposição ao sol sem nenhuma proteção. Ele recorda que o período em que mais castigou a pele foi no início da década de 90, quando morou um ano e meio no Recife. "Passava o dia inteiro na praia e usava no máximo um boné e olha lá", lembra o jornalista de pele muito branca e olhos claros.



**Feridas que não cicatrizam e manchas que mudam de aspecto devem ser avaliadas por um médico**

Como resultado desse descuido, aos 37 anos Maurício descobriu que tinha câncer de pele na boca, nas costas e no nariz. Os sintomas eram feridas que não cicatrizavam. Hoje, aos 44 anos, ele faz consultas periódicas e usa protetor solar, "mas só quando vou ao clube ou faço atividade ao ar livre", admite. Mas com a filha, Ana Carolina, o cuidado é rigoroso. Aos nove anos, ela está consciente e usa filtro solar até para ir à escola. "Faço terrorismo mesmo. Digo a ela que, se não se cuidar, vai ficar igual a mim, toda manchada".

Segundo os especialistas, 90% dos tumores são curáveis, desde que detectados precocemente. Uma simples consulta é o suficiente para fazer o diagnóstico. Pessoas com as seguintes características devem procurar um dermatologista o mais rápido possível:

- Exposição excessiva ao sol durante a infância ou adolescência
- Presença de manchas que mudaram de aspecto
- Prática freqüente de atividades ao ar livre
- Pessoas com pele e olhos claros
- Presença de lesões que formam "cascas", sangram com facilidade ou apresentam crescimento progressivo
- Presença de feridas que não cicatrizam. ▪

*Andréa Vieira - andrea.vieira@stj.gov.br*

BENEFÍCIO

# Pró-Ser ainda melhor

**Um forte boato** assustou os servidores do STJ no mês de novembro. Todos se perguntavam: o Pró-Ser vai acabar? Quem esclareceu que o plano de saúde continua firme e cada dia mais forte foi o presidente da Casa, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho. "Nós sabemos que o Pró-Ser é um dos planos de saúde mais sólidos e respeitados de Brasília. O que houve foram boatos infundados", tranqüilizou o presidente.

E essa não foi a única boa notícia. O Conselho Deliberativo do Pró-Ser aprovou a redução do custeio pago pelos servidores. Desde 1º/12, a participação dos conveniados no pagamento de consultas, exames e assistência odontológica foi reduzida de 50% para 30%. Nas despesas hospitalares, inclusive pequenos atos médicos e cirúrgicos e gastos com internação, a participação do servidor continua sendo de 10%.

Traduzindo em números reais, atualmente o preço de tabela de consulta médica é de R$ 41,00. Antes eram descontados do servidor por esse atendimento R$ 20,50. Agora passam a ser descontados R$ 12,30.

Com a redução do custeio, o reembolso de procedimentos realizados fora da rede credenciada do Pró-Ser fica maior. Antes o servidor recebia 50% por cento do valor pago, agora passa a receber 70%. A Coordenadoria de Benefícios alerta que os novos percentuais de custeio e reembolso só valem para atendimentos ocorridos a partir de 1º/12.

O ministro Barros Monteiro explicou que a redução foi possível graças à situação sólida e de total equilíbrio financeiro do Pró-Ser. Condição que continuará confortável em virtude do aumento de 50% da verba orçamentária e da implantação do Plano de Cargos e Salários, que elevará a contribuição dos servidores para o plano. ▪

*Andréa Vieira - andrea.vieira@stj.gov.br*

**Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**

**Presidente:** ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br